



EDITAL DE PREGÃO - Nº001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2025

O **MUNICÍPIO DE ROSEIRA/SP**, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, faz publicar o presente edital de licitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexos, conforme abaixo informado.

SÍNTESE DO OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

LOCAL: RUA MIGUEL CYRILLO SILVÉRIO, Nº151, BAIRRO NOVA ERA – SISTEMA DE LAZER 01 – MATRÍCULA 18.064

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PRAZO DE IMPUGNAÇÃO: 20/01/2025

E-MAIL: LICITACOESPMROSEIRA@HOTMAIL.COM

DATA DA SESSÃO: 23/01/2025

HORÁRIO: 9H

FORMATAÇÃO: PRESENCIAL

DISPUTA DE LANCES: ABERTO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: MARCELO VILELA RODRIGUES DOS SANTOS

VISTORIA TÉCNICA NÃO OBRIGATÓRIA: ATÉ 22/01/2025 DAS 9:00 H ÀS 11:00

FONE: (12) 36469900 – SETOR DE ENGENHARIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada, através de empreitada por preço global (material + mão-de-obra), para execução de serviços de cobertura de quadra de esportes, descritas no Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento Global e Cronograma Físico-Financeiro, os quais integram o presente edital.



- 1.2. A presente licitação será realizada na modalidade de **pregão presencial**, de acordo com o art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único da Lei n.º 14.133/2021, dividida em **em item único**, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados, bem como pela oportunidade de descentralização operacional das obras, viabilizando efetividade para concomitância da execução.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea "a)", da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações técnicas do objeto.
- 1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução por **empreitada por preço global**, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.5. A sessão será realizada no seguinte endereço: Praça Santana, nº201, centro, **no dia 23/01/2025, às 09h**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. A participação na licitação importa e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste edital.
- 2.2. Os interessados, ou seus representantes legais deverão comparecer e fazer seu credenciamento na sessão pública de instalação do pregão, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame, apresentado RG e/ou CPF.
- 2.3. Os agentes ou representantes comerciais deverão comprovar essa condição com a



apresentação do respectivo contrato de representação, ou procuração específica, devendo todos os documentos de habilitação e da proposta serem apresentados em nome do representado.

- 2.4.** Para efeitos da Lei Complementar nº123/2006 e suas alterações, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração **(ANEXO VIII)**.
- 2.5.** A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123/2006 e suas alterações, caracterizará a inabilitação da empresa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.
- 2.6.** A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.7.** A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, a ME, EPP, MEI, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto 8.538/2015.
- 2.8.** Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior exigido na respectiva legislação supracitada, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo (art. 13, § 1º, do Decreto 8.538/2015).
- 2.9.** A microempresa e a empresa de pequeno porte e a que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos



Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de 05 (**cinco dias úteis**), a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

- 2.10.** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 2.11.** O prazo de que trata o item 2.9 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 2.12.** A não regularização da documentação, nos prazos fixados, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 2.13.** Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo agente de contratação ou pela comissão que coordenar:
 - 2.13.1.** Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;
 - 2.13.2.** Com falência decretada;
 - 2.13.3.** Consorciada;
 - 2.13.4.** Suspensa pela Prefeitura de Roseira;
 - 2.13.5.** Em regime de concordata;
 - 2.13.6.** Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta



ou Indireta do Município de Roseira;

- 2.13.7.** De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável;
- 2.13.8.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo;
- 2.13.9.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de 5%(cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.13.10.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja conjugê, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau
- 2.13.11.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.13.12.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5(cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3. DOS PRAZOS GERAIS

- 3.1.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 3.2.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dias úteis.
- 3.3.** As obras, objeto desta licitação, deverão ser efetivadas em prazo máximo não superior a **05 (cinco) meses**, iniciada a contagem a partir da data de emissão e recebimento do Termo de Início de Obra, emitida pela fiscalização do contrato,



bem como suspensa em caso de paralisação, suspendendo-se, igualmente, a vigência do contrato. No caso de o contrato ultrapassar o exercício sem que a execução da obra tenha se completado, seja por atraso no termo de início ou em razão de eventuais suspensões, deverá a administração atualizar, por meio de apostila e de forma unilateral, as disposições que assim se permitirem, inclusive a própria rubrica orçamentária da lei em vigor.

- 3.4.** A Prefeitura Municipal convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento de aviso convocatório.
- 3.5.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 3.6.** O prazo para início dos trabalhos fica fixado em 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento do Termo de início de Obra.
- 3.7.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste edital e na Lei n.º 14.133/2021.
- 3.8.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, não se aplicando tal regra na hipótese do subitem 3.9.1.
- 3.9.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem



3.7, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 3.9.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - 3.9.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 3.10.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação não sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;
- 4.2.** A sessão será gravada com áudio e vídeo;
- 4.3.** As propostas e a documentação de habilitação das empresas interessadas deverão ser entregues em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

PREGÃO Nº ____/2024

OBJETO:

LICITANTE:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS



AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

PREGÃO Nº ____/2024

OBJETO:

LICITANTE:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.4. O licitante deverá declarar que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais: **(ANEXO VIII)**

4.4.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

4.4.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste Edital, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

4.6. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total dos serviços objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos



termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

- 5.1.1. Habilitação Jurídica;
- 5.1.2. Qualificação Técnica- Profissional e Operacional;
- 5.1.3. Qualificação Econômico-financeira;
- 5.1.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- 5.1.5. Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF; **(ANEXO VII)**
- 5.1.6. Declaração de desimpedimento de participar em licitações. **(ANEXO VIII)**

5.2. Habilitação Jurídica:

- 5.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, no caso de empresa individual;
- 5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ou estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 5.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 5.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver,



relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 5.3.3.** Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 5.3.4.** Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei(CND/INSS– CRF/FGTS);
- 5.3.5.** Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 5.3.6.** Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal **(ANEXO VII)**.

5.4. Qualificação Técnica-Profissional e Técnica-Operacional:

- 5.4.1.** Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica emitida pelo respectivo Conselho Profissional(CREA/CAU);
- 5.4.2.** Caso nesta certidão esteja citado o profissional detentor do Acervo Técnico que será o responsável técnico pela execução da obra/serviço, a licitante fica dispensada do item 5.4.3.;
- 5.4.3.** Comprovação de vínculo entre a empresa e o profissional que será responsável técnico pela execução da obra/serviço, mediante um destes itens:
 - Cópia da carteira de trabalho(CTPS);
 - Cópia do contrato social do licitante onde conste o nome do profissional como sócio/proprietário;
 - Cópia do contrato de prestação de serviços;



- ART/RRT de cargo/função;
- Declaração de contratação futura, com anuência do profissional;
- Parágrafo primeiro – Para emissão da Ordem de Início de Serviços, deverá ser comprovado o vínculo da empresa com o profissional mediante Certidão expedida pelo respectivo Conselho Profissional(CREA/CAU).

5.4.4. Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física emitida pelo respectivo Conselho Profissional(CREA/CAU) para o profissional que será responsável técnico pela execução da obra/serviço;

5.4.5. Comprovação de aptidão para desempenho dos trabalhos mediante a apresentação de CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada no respectivo Conselho Profissional(CREA/CAU), emitida em nome do profissional que será responsável técnico pela execução da obra/serviço, onde a atividade técnica contemple obras ou serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, na proporção de, no mínimo do objeto principal licitado.

5.5. Qualificação Econômico-Financeira

5.5.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo serem atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos. Limitar-se-ão ao último exercício os documentos exigidos neste subitem no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, com termo de abertura e encerramento.

5.5.1.1. Para verificação da boa situação financeira da empresa licitante será utilizada a seguinte fórmula contábil para a apuração do Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG=(AC+RLP)/(PC+ELP)\geq 1,00$$

Onde:



AC – ATIVO CIRCULANTE

RLP – REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

PC – PASSIVO CIRCULANTE

ELP – EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

- 5.5.2.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 5.6.** Os documentos exigidos poderão ser apresentados:
- 5.6.1.** Em formato original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 5.7.** Será processada a abertura dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
- 5.8.** Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.
- 5.9.** Deverão os licitantes emitir declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas **(ANEXO V)**.
- 5.10.** Deverão os licitantes, sob pena de desclassificação, emitir declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamentode conduta vigentes na data de entrega das propostas **(ANEXO III)**.
- 5.11.** Após a fase de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 5.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados



pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação e/ou Comissão Permanente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.13. Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6. DA PROPOSTA

6.1. Validade da proposta não inferior a sessenta (60) dias da abertura do certame licitatório.

6.2. Não serão aceitas propostas enviadas pelo correio, e-mail etc...

6.3. Os licitantes deverão apresentar suas propostas, observando as seguintes diretrizes:

6.3.1. Preço global do objeto a ser contratado, considerando a aplicação de preços unitários propostos em planilha de preços.

6.3.2. Planilha Orçamentária devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA/CAU deverão estar apostos de maneira legível **(ANEXO VI)**.

6.3.3. Cronograma Físico-Financeiro, devidamente assinado (s) pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA deverão estar apostos de maneira legível.

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



- 6.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto
- 6.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DO JULGAMENTO

- 7.1.** Esta licitação será processada para execução de empreitada por preço global, com critério de julgamento tipo menor preço, nos termos do art. 6º, XXXVIII, alíneas "a)", da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.2.** O modo de disputa será aberto, no momento o qual o Agente de Contratação realizará a abertura da sessão de disputa, com o início da disputa presencial, oportunizando lances sucessivos de forma decrescente, iniciando-se pelo primeiro item, em que o licitante com proposta de maior preço deverá indicar lance mínimo



menor que aquela proposta de menor preço, respeitado o intervalo mínimo entre os lances, e assim sucessivamente entre os demais licitantes.

- 7.3.** Todas as propostas serão classificadas para fase de lances, caso não haja nenhuma restrição no credenciamento ou na apresentação da proposta.
- 7.4.** O intervalo mínimo entre os lances será correspondente a **0,5%** da média dos valores totais das propostas financeiras apresentadas, nos termos do art. 57 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5.** Após a definição da menor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) àquela, a Administração, através do agente de contratação, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações subsequentes.
- 7.6.** Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.7.** Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem documentação com as seguintes ocorrências:
 - 7.7.1.** Contiverem vícios insanáveis;
 - 7.7.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - 7.7.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



- 7.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis.
- 7.8.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, caso o edital não preveja disputa de lances.
- 7.9.** Será considerado vencedor o licitante que apresentar o **menor preço**, após encerrada a disputa de lances e/ou eventual desempate/ou negociação.
- 7.10.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem 7.6.4, caso não enquadrada no caso descrito pelo subitem 7.10.
- 7.10.1.** Definição dos critérios de aceitabilidade de preços unitários:
- b.1) exequibilidade: serão considerados inexecutáveis, os itens de maior relevância, assim entendidos os que correspondem a 80% do valor do orçamento, que tiverem seu valor unitário abaixo de 75% do valor orçado pela Administração, conforme dispõe o §4º do art. 59 da Lei 14.133/2021.
- b.2) sobrepreço: serão considerados de sobrepreço os itens definidos como de maior relevância, assim entendidos os que correspondem a 80% do valor do orçamento, que estiverem acima do valor estimado no orçamento da municipalidade.
- 7.11.** Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.12.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à



diferença entre este último e o valor da proposta final, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com este edital.

- 7.13.** O Agente de Contratação ou Comissão Permanente de Contratação poderá suspender a sessão, se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados ou dos recursos interpostos. Neste caso, após decisão da habilitação, será dada ciência aos interessados através da imprensa oficial estadual ou em jornal de grande circulação.

8. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 8.1.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte.
- 8.2.** Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 8.3.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.3.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor dentre as remanescentes de empate ficto, poderá apresentar, no prazo de 15 (quinze) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- 8.3.2.** Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 8.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista no subitem 8.3.1.
- 8.3.3.** Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, serão convocadas para a apresentação de nova



proposta, na forma das alíneas anteriores.

- 8.3.4.** Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do item 8.3 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- 8.4.** O disposto nos itens 8.1 a 8.3 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor da fase de julgamento inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.5.** Subsidiariamente às disposições refletidas aos itens 8.1 a 8.3, adotar-se-á às regras dispostas no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

9. DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1.** Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- 9.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.1.2.** A negociação será conduzida por agente de contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação deste edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.



- 10.1.1.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ou em Jornal de Grande Circulação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura certame.
- 10.2.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação deste edital cabem:
- 10.2.1.** Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- 10.2.1.1.** Julgamento das propostas;
 - 10.2.1.2.** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
 - 10.2.1.3.** Anulação ou revogação da licitação;
 - 10.2.1.4.** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- 10.2.2.** Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
- 10.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.1.2, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após os atos, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais, previsto no subitem 10.2.1, será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, de forma que a apreciação dar-se-á em fase única.
- 10.4.** O recurso de que trata subitem 10.2.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 10.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.



- 10.7.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8.** Da aplicação das sanções de multa, advertência e/ou impedimento de licitar ou contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.9.** Da aplicação da sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.11.** Os recursos deverão ser digitados, devidamente fundamentados e conter a assinatura do Representante Legal da recorrente ou de seu procurador devidamente habilitado.
- 10.12. DO ENCERRAMENTO RECURSAL**
- 10.12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 10.12.1.1.** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - 10.12.1.2.** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - 10.12.1.3.** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;



- 10.12.1.4.** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 10.12.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 10.12.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 10.12.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 11.1.** A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.
- 11.2.** O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta, dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.
- 11.3.** Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- 11.4.** Por ocasião da assinatura do contrato, mais precisamente, antes de sua assinatura, a licitante vencedora prestará garantia de execução do objeto contratual, **no percentual de 1% (cinco por cento) do valor a ser pactuado**, podendo a mesma optar por uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



- 11.5.** O valor da garantia que for dada como caução, quando em dinheiro, deverá ser efetuado através de depósito bancário junto ao **Banco do Brasil – Agência 6935-3 conta corrente nº13.0012-1** – CNPJ: 45.212.008/0001-50, sendo que, após o depósito bancário, deve-se ser entregue o comprovante até o Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de ROSEIRA/SP, no horário de expediente.
- 11.6.** O licitante vencedor terá um prazo de 15(quinze) dias, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia na modalidade de seguro-garantia.
- 11.7.** No tocante à prestação de seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.8.** A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.
- 11.9.** Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.
- 11.10.** A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.
- 11.11.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores,



em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.12.1.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.
- 11.12.2.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 11.12.3.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

11.13. DA GARANTIA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 11.13.1.** O recebimento provisório da obra/serviço será feito por servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado ou documento hábil que o substitua, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita do contratado.
- 11.13.2.** O recebimento definitivo, pelo responsável técnico designado pela Administração Municipal, dar-se-á mediante termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, respeitando a previsão do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.13.3.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo



prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

11.14. DO REGISTRO POR APOSTILA

11.14.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- 11.14.1.1.** Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- 11.14.1.2.** Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- 11.14.1.3.** Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- 11.14.1.4.** Empenho de dotações orçamentárias.

11.15. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

11.15.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.15.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- 11.15.1.1.1.** Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;
- 11.15.1.1.2.** Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.
- 11.15.1.1.3.** O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas



condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), porcentagens estas aplicáveis aos dois subitens anteriores.

11.15.1.2. Por acordo entre as partes:

11.15.1.2.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

11.15.1.2.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

11.15.1.2.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

11.15.1.2.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.15.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

11.15.3. Será aplicado o disposto no subitem 11.15.2.4 às contratações de obras e



serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

- 11.15.4.** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 11.15.5.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
- 11.15.6.** Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

11.16. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

- 11.16.1.** Os contratos administrativos deverão possuir servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato.

11.17. DA PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS

- 11.17.1.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias úteis contados da data de sua**



assinatura.

- 11.17.2.** Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.
- 11.17.3.** Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

12. DO REAJUSTAMENTO

12.1. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

- 12.1.1.** Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do IPCA ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.
- 12.1.2.** A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado ao licitante vencedor.
- 12.1.3.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 12.1.4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

13. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



- 13.1.** Os pagamentos se darão em etapas de acordo com o desembolso de operação de crédito realizada através do agente financeiro contratado pela Administração Municipal e/ou conforme convênio (federal ou estadual), bem como nos termos da medição dos eventos previstos no (s) projeto (s) da Administração, anexo ao edital, vinculados ao cronograma físico-financeiro de desembolso.
- 13.2.** No valor proposto e adjudicado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, cujos pagamentos serão efetuados em moeda corrente, fixando-se o valor máximo global a ser pago por esta Administração nos termos da planilha orçamentária que acompanha cada objeto deste edital.
- 13.3.** Apenas serão realizados pagamentos mediante a comprovação de liquidação da despesa já empenhada, de acordo com a etapa do cronograma físico-financeiro executado e boletins de medição apresentados, devendo constar neste a data do documento e período de apuração, devidamente atestados pelo fiscal de contrato, bem como, posteriormente à aferição, acompanhado da competente nota fiscal.
- 13.4.** Após confirmada a execução do objeto, nos termos do subitem 13.3, a Administração contratante terá prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar o pagamento, contados da data de entrega da nota fiscal pela contratada, quando solicitada pela secretaria municipal ordenadora da despesa, devidamente acompanhada dos boletins de medição aferidos pela contratada e atestados pelo (a) fiscal de contrato.
- 13.5.** Do valor apurado pela nota fiscal serão retidos os tributos a que competem a titularidade e/ou administração pela Administração Municipal, tais como ISS, IRRF e outros que assim tiverem fato gerador.

14. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS

- 14.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações

- 14.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- 14.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15. DAS PENALIDADES

- 15.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

15.2. ADVERTÊNCIA

- 15.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



15.3. MULTA

- 15.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 15.3.2.** Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 15.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 15.3.3.** Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.
- 15.3.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.
- 15.3.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.
- 15.3.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.
- 15.3.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

15.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

- 15.4.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

15.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR



- 15.5.1.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.
- 15.6.** As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.
- 15.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.
- 15.8.** Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha a substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 16.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:
- 16.1.1.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 16.1.2.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 16.1.3.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;



- 16.1.4.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 16.1.5.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 16.1.6.** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 16.1.7.** Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 16.1.8.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 16.1.9.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 16.2.1.** A extinção do contrato poderá ser:
 - 16.2.1.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 16.2.1.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - 16.2.1.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 16.2.2.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

16.3. DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO

- 16.3.1.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:



- 16.3.1.1.** Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei n.º 14.133/2021;
 - 16.3.1.2.** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - 16.3.1.3.** Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - 16.3.1.4.** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - 16.3.1.5.** Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 16.3.2.** As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 16.3.1.2, 16.3.1.3 e 16.3.1.4 observarão as seguintes disposições:
- 16.3.2.1.** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - 16.3.2.2.** Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

16.4. DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 16.4.1. CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO:** Quando a extinção decorrer



de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- 16.4.1.1.** Devolução da garantia;
- 16.4.1.2.** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- 16.4.1.3.** Pagamento do custo da desmobilização.

16.4.2. DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO:

16.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

- 16.4.3.1.** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- 16.4.3.2.** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 16.4.3.3.** Execução da garantia contratual para:
 - 16.4.3.3.1.** Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - 16.4.3.3.2.** Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - 16.4.3.3.3.** Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - 16.4.3.3.4.** Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 16.4.3.4.** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

16.4.4. A aplicação das medidas previstas nos subitens 16.4.2.1 e 16.4.2.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

16.4.5. Na hipótese do subitem 16.4.2.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.



16.5. Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

16.6. DA NULIDADE CONTRATUAL

16.6.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

- 16.6.1.1.** Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- 16.6.1.2.** Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- 16.6.1.3.** Motivação social e ambiental do contrato;
- 16.6.1.4.** Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- 16.6.1.5.** Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- 16.6.1.6.** Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- 16.6.1.7.** Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- 16.6.1.8.** Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- 16.6.1.9.** Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- 16.6.1.10.** Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo



contrato;

16.6.1.11. Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

16.6.2. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

16.6.3. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n.º 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

16.6.3.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

16.6.3.2. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

16.6.3.3. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

16.7. DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL

16.7.1. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até



6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

17. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

17.1. Controvérsias oriundas da execução contratual e relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis; restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes; e ao cálculo de indenizações poderão ser encaminhadas à tentativa de resolução através de requerimento protocolado no Paço Municipal, sito na Praça Santana, nº201, centro, setor de protocolo, bem como às demais formas alternativas indicadas pelos arts. 151 a 154 da Lei n.º 14.133/2021.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1. As instalações provisórias de água e luz, assim como as despesas de taxas de consumo e serviço de segurança da obra e instalações, durante a execução do serviço, serão de responsabilidade da contratada.

18.2. É responsabilidade da contratada a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

18.3. A administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo, anular ou revogar o procedimento licitatório por ilegalidade ou por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado.

18.4. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação, Comissão de Contratação e/ou Equipe de Apoio, nos termos dos regulamentos municipais condizentes com a Lei n.º 14.133/2021, bem como nos termos das demais legislações em vigor e Princípios Gerais de Direito.

18.5. A apresentação de proposta implicará a plena, total e irrevogável aceitação, por parte dos licitantes, de todos os termos e condições deste instrumento convocatório.



- 18.6.** Se os interessados discordarem dos quantitativos da planilhaorçamentária aposta ao presente certame, deverão a contestar no prazo previsto o prazo de impugnação ao edital, não cabendo pedidos posteriores, por ocasião da homologação, adjudicação e/ou assinatura do contrato, sobre matéria não impugnada tempestivamente.
- 18.7.** Em se tratando de , quando da assinatura do contrato, deve-se comprovar a constituição do Fundo de Reserva previsto no art. 28, inciso I, da Lei n.º 5.764/71 e o objeto da licitação deverá ser prestado por do integrante da relação de associados entregue quando da habilitação neste certame.
- 18.8.** Os dados pessoais decorrentes da execução deste edital ficam, desde já, autorizados por pelos licitantes e respectivos representantes, inclusive a eventual vencedor do certame e contratado (s), à disponibilidade pública nos sítios oficiais de informação e publicidade, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 18.9.** O edital estará acessível a todos interessados, gratuitamente, nos sítios eletrônico www.roseira.sp.gov.br, link [licitações Pregão Presencial – Registro de Precos](#)
- 18.10.** Para maiores informações técnicas dos projetos, contatar através do fone (12) 36469900 – Departamento de Engenharia

Roseira/SP, janeiro de 2025.

Fernando Augusto de Siqueira

Prefeito Municipal



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO I

CARTA DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr.(a)
_____, portador (a) da Cédula de Identidade, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

(Local e data).

Nome completo e assinatura do (s) representante (s) legal (is) da empresa

OBSERVAÇÕES:

Este documento deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação), acompanhado de cópia autenticada do contrato social ou instrumento equivalente compatível com o objeto da licitação.

A não apresentação deste documento não inabilita a licitante, entretanto, fica a mesma impedida de proceder lances verbais, bem como manifestar o interesse de interpor recursos na sessão do pregão.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DEHABILITAÇÃO

Nome

completo: _____ RG

nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____

(nome empresarial), interessado em participar do Pregão Presencial nº __/__, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório, nos termos do inciso I do artigo 40 da Lei Estadual nº 6.544/1989, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.121, de 7 de julho de 2008

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES

Este documento deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

A não apresentação deste documento INABILITARÁ a empresa.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO III

**DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDEM AINTEGRALIDADE DOS
CUSTOS**

Nome

completo: _____ RG

nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____

(nome empresarial), interessado em participar do Pregão Presencial nº ___/___, declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES

Este documento deverá ser apresentado dentro do envelope nº 1 - PROPOSTA.

A não apresentação deste documento INABILITA a empresa.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Presencial nº ___/___, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que: a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto; e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la. DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como: I –



prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV – no tocante a licitações e contratos: a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respetivos instrumentos contratuais; ou g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES

Este documento deverá ser apresentado dentro do envelope nº 1 - PROPOSTA.

A não apresentação deste documento INABILITA a empresa.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

Nome completo: _____

_____ RG nº: _____

_____ CPF nº _____

_____ DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES

Este documento deverá ser apresentado dentro do envelope nº 2 - HABILITAÇÃO.

A não apresentação deste documento INABILITA a empresa.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO VI

MODELOS DE DECLARAÇÃO "PROPOSTA"

À Comissão de Contratação/Agente de Contratação,

O licitante _____ (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital de Pregão Presencial nº ____/____e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, PROPÕE executar o objetolicitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ _____ (valor por extenso), já computado o BDI, conforme detalhamento abaixo:

AFIXAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS EM PROPOSTA

Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução doobjeto

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.(Local e

data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES

Este documento deverá ser apresentado dentro do envelope nº 1 - PROPOSTA.

A não apresentação deste documento INABILITA a empresa.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO "HABILITAÇÃO"

Nome completo: _____ RG n°: _____
_____ CPF n°: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____
(nome empresarial), interessado em participar da Pregão Presencial nº _____/____:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital, tampouco se enquadra em vedação decorrente das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho; e
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Este documento deverá ser apresentado dentro do envelope nº 2 - HABILITAÇÃO.

A não apresentação deste documento INABILITA a empresa.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



OBRIGATÓRIO SEGUIR O MODELO

ANEXO VIII

Ref.: Pregão Presencial nº _____

OBJETO:

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, Bairro _____, _____(Município/Estado), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, **DECLARA**, sob penas de sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

DECLARA, ainda, que pretende exercer o direito de preferência no critério de desempate, com relação ao julgamento das propostas de preços e que no ano calendário da realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

() MICRO EMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006.

Roseira, ____ de _____ de 2024.

OBSERVAÇÃO

Este documento deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação), no ato do credenciamento da empresa participante do certame.

Deverá ser impresso em papel timbrado da empresa licitante.



MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2025

Por este instrumento contratual, de um lado, o **MUNICÍPIO DE ROSEIRA**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 45.212.008/0001-50, com sede na Praça Santana, nº 201, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, XXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º XXXX, com sede na Rua XXXX, n.º XXXX, Bairro XXXX, CEP XXXX, na cidade de XXXX, neste ato representado por outorgado público, Sr(a). XXXX, naturalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o n.º XXXX e do RG n.º XXXX, residente e domiciliado(a) na Rua XXXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm justos e contratados o presente contrato entre si, de acordo com o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025 na melhor forma de direito, conforme Lei n.º 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada, através de empreitada por preço global (material + mão-de-obra), para execução de cobertura de quadra de esportes – Bairro Nova Era, conforme documentos anexos ao processo licitatório em epígrafe, fazendo estes parte integrante e inseparável deste contrato.
- 1.2. Os serviços de Infraestrutura serão desenvolvidos segundo especificações técnicas constantes no projeto que acompanha o processo, como se aqui estivesse reproduzido, que é composto dos documentos que seguem.
- 1.3. Memorial Técnico Descritivo;
- 1.4. Planilha de Orçamento Global;
- 1.5. Cronograma Físico-Financeiro.
- 1.6. Composição de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes



no projeto básico, o qual compõe memorial descritivo, planta baixa, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitatório do qual este contrato decorre.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO

- 3.1.** O valor deste instrumento para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ 292.699,89 (Duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e noventa e nove mil, oitenta e nove reais)**, conforme Planilha Orçamentária (PO) adjudicada, executado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1.** O pagamento será realizado conforme cronograma físico-financeiro, de acordo com a medição em eventos previsto naquele, perfectibilizando-se por meio de boletins, mediante apresentação da nota fiscal e conforme liberação do agente financeiro para movimentação da conta bancária do convênio.
- 4.2.** Os pagamentos dos serviços oriundos deste contrato ficam condicionados à apresentação pela CONTRATADA das cópias da GFIP/SEFIP com a relação dos empregados, conforme competência, com respectivo comprovante de quitação e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT válida, a fim de que seja comprovado o recolhimento das contribuições previdenciárias, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, que será emitida quando solicitada pelo setor responsável, atendendo aos dados informados na solicitação, como número do contrato de repasse (se houver), número do empenho, número do contrato, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a secretaria municipal ordenadora da contratação do objeto entender necessários, bem como a Certidão Negativa de Dívida Federal e da Dívida Ativa da União.
- 4.3.** Com base no § 1º, do Art. 31 da Lei nº 8.212/91, fica ressalvado o direito regressivo do CONTRATANTE contra o executor do serviço e, ainda, admitida a retenção das obrigações previdenciárias decorrentes do presente contrato.



- 4.4. Apresentação da matrícula da inscrição da obra junto ao INSS, por ocasião do início da obra.
- 4.5. A empresa deverá emitir a nota fiscal eletrônica, **devendo constar, obrigatoriamente,** o número do contrato de repasse (se houver), número do empenho, número do contrato administrativo, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a CONTRATANTE entender necessários.
- 4.6. Atendendo ao que determina Código Tributário Municipal, o Departamento de Finanças e Orçamento só poderá efetuar a liberação do pagamento se a CONTRATADA estiver rigorosamente em dia com os tributos Municipais.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência do presente contrato é de **05 (cinco) meses**, a contar da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver necessidade e interesse entre as partes, respeitando os limites previstos na Lei 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 6.1. O prazo de execução dos serviços será conforme programação da contratante, **a partir do termo de início dos serviços**, prorrogável até o limite permitido em lei e no edital do certame correspondente.
- 6.2. O Termo de Início dos serviços a ser fornecido pelo arquiteto do Município, salvo motivo de força maior ou caso fortuito perfeitamente justificável, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado para a conclusão dos serviços.
- 6.3. Caso houver suspensão do andamento dos serviços, o contrato também terá sua vigência suspensa.
- 6.4. O contrato poderá ser aditivado, enquanto ainda suspenso, para fins de adequação orçamentária e vigência.
- 6.5. Enquanto não realizado o termo de início dos serviços, o contrato, ainda que assinado, terá prazo de vigência suspenso.



- 6.6.** Por ocasião do pagamento da última parcela, a CONTRATADA deverá apresentar a CND da referida obra.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 7.1.** Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2025.

8. CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE. O CONTRATANTE OBRIGA-SE A:

- 8.1.** Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços.
- 8.2.** Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.
- 8.3.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Quarta.
- 8.4.** Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA
- 8.5.** Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

- 9.1.** Realizar as instalações provisórias de água e energia elétrica, assim como arcar com as despesas de taxas de consumo e de serviço de segurança da obra, de suas instalações e seus equipamentos, durante a execução dos serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA.



- 9.2.** Sempre que necessário ou solicitado pelo CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar os serviços prestados de forma a atender a legislação Federal e/ou Estadual, especialmente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as melhores técnicas praticadas e com pessoal capacitado, sem custo para o CONTRATANTE.
- 9.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 9.4.** Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.
- 9.5.** Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 9.6.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 9.7.** Manter o(s) servidor(es) do CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias, entregando a ele tutorial dos sistemas.
- 9.8.** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;
- 9.9.** Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- 9.10.** Aceitar os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital, nos termos do art. 65, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11.** Garantir a efetiva assistência técnica necessária durante a execução dos serviços, conforme especificações próprias, e apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e CND (Certidão Negativa de débito) do INSS válidas, esta referente à mão de obra utilizada nos serviços, quando da conclusão da obra.



- 9.12.** Realizar o cumprimento integral, de própria responsabilidade, dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do presente contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.13.** Prestar garantia contratual de 1% do valor total do objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento, bem como mantê-la em renovação, se for o caso, em uma das opções delimitadas pelo art. 96, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.14.** No caso de inadimplemento ou inexecução pela CONTRATADA e a prestação da garantia se der na modalidade de seguro-garantia, através de apólice.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO DIÁRIO DA OBRA E DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1.** A CONTRATADA ficará obrigada a manter no canteiro de obras o relatório (Diário de obra) da obra, através do qual fará as anotações inerentes à execução dos serviços, bem como instalar placa de identificação dos recursos de financiamento da obra, conforme modelo a ser fornecido pelo CONTRATANTE.
- 10.2.** Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como fiscal de contrato e, Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como gestor de contrato.
- 10.3.** Para fins de cumprimento do art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA designa o Sr(a). XXXX para desempenhar a função de preposto perante a CONTRATANTE.
- 10.4.** A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, fazer a análise dos materiais, os quais devem ser de primeira qualidade, usada com a aplicação da melhor técnica, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.



- 10.5.** É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado. No caso de convênios federais, dever-se-á respeitar a previsão arremada no artigo 7º, XV da Portaria Interministerial 424/2016.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- 11.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

11.2. ADVERTÊNCIA

- 11.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

11.3. MULTA

- 11.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 11.3.2.** Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 10.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 11.3.3.** Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.
- 11.3.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.
- 11.3.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.
- 11.3.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.
- 11.3.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.



11.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

- 11.4.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

- 11.5.1.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.6.** As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cincodias úteis.
- 11.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.
- 11.8.** Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

- 12.1.** São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:



- 12.1.1.** modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
 - 12.1.2.** extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
 - 12.1.3.** fiscalizar sua execução;
 - 12.1.4.** aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
 - 12.1.5.** ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
 - 12.1.5.1.** risco à prestação de serviços essenciais;
 - 12.1.5.2.** necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
- 12.2.** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- 12.3.** Na hipótese prevista 11.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

- 13.1.** A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.
- 13.2.** A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4.** Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.



13.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

13.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de ROSEIRA/SP, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Roseira, (dia) do (mês) do (ano).

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ROSEIRA/SP PREFEITO(A) MUNICIPAL



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

PLANILHA BDI

CONTRATO Nº: 1088339-97/944856/2023

OBJETO: Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

Cálculo do BDI - Com desoneração sobre a folha de pagamento
Fórmula e parâmetros estabelecidos pelo Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário

TIPOS DE OBRAS CONTEMPLADOS

Para o tipo de obra "Construção de Edifícios" enquadram-se: a construção e reforma de: edifícios, unidades habitacionais, escolas, hospitais, hotéis, restaurantes, armazéns e depósitos, edifícios para uso agropecuário, estações para trens e metropolitanos, estádios esportivos e quadras cobertas, instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.), penitenciárias e presídios, a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.), conforme classificação 4120-4 do CNAE 2.0. Também enquadram-se pátios, mirantes e outros edifícios de finalidade turística.

DEMONSTRATIVO BDI

Item	Mínimo	Máximo	BDI	Identificação
AC	3,00	5,50	4,30	Administração Central
S e G	0,80	1,00	0,90	Seguro e Garantia
R	0,97	1,27	1,10	Risco
DF	0,59	1,39	1,00	Despesas Financeiras
L	6,16	8,96	7,60	Lucro
I*	5,65	10,65	10,65	Tributos*

TOTAL 29,29

← BDI A SER ADOTADO (com desoneração)

Verificação: 23,09 ← limite 20,34% a 25,00% (sem desoneração)

* Em geral, os tributos (I) aplicáveis são PIS (0,65%), COFINS (3%) e ISS (variável, conforme Município, de 2 a 5% e, em alguns casos, isento).

Caso a empresa seja tributada de forma diferente, alterar os valores abaixo:

TRIBUTOS	%
PIS	0,65
COFINS	3,00
Cont. Previd.	4,50
ISS	2,50
Total	10,65

(Contribuição Previdenciária sobre a receita bruta, no caso de desoneração na folha)

Declaramos que, conforme **legislação tributária municipal**, a base de cálculo do ISS é de **50,00%** sobre o valor da obra e a alíquota do ISS aplicável no Município é de **5,00%** ← (limitado a 5,00%)

FÓRMULA

BDI calculado pela expressão:

BDI = { [(1+AC/100+S/100+R/100+G/100) x (1+DF/100) x (1+L/100) / (1-I/100)] -1} x 100

Roseira, junho de 2024
Local/Data

Eng./Arq. Responsável

Nome: Edgard Vilela Rodrigues Neto
CREA/CAU: A40364-4
ART/RRT nº: 14168758

Representante Tomador

Nome: Prefeito - Fernando Augusto de Siqueira



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Objeto:

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

Contrato de Repasse:

1088339-97/944856/2023

Local:

Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era - Sistema de Lazer 01 - Roseira / SP

Proprietária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

Nº da Parcela	Parcela	Percentual Parcela Aproximado	Percentual Acumulado Aproximado	Valor Acumulado
1	mar/25	24,19%	24,19%	R\$ 70.804,70
2	abr/25	24,68%	48,87%	R\$ 143.050,48
3	mai/25	27,76%	76,63%	R\$ 224.305,08
4	jun/25	23,37%	100,00%	R\$ 292.699,89



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

VISÃO DAS PARCELAS POR MACROSSERVIÇO

Nº do Macroserviço	Macrosserviço	Preço Total	Nº da Parcela	Parcela	Percentual Parcela	Percentual Acumulado	Valor cumulado
1	Serviços Preliminares	R\$ 12.073,26	1	mar/25	100,00%	100,00%	R\$ 12.073,26
			2	abr/25	0,00%	100,00%	R\$ 12.073,26
			3	mai/25	0,00%	100,00%	R\$ 12.073,26
			4	jun/25	0,00%	100,00%	R\$ 12.073,26
2	Fundações	R\$ 15.439,03	1	mar/25	100,00%	100,00%	R\$ 15.439,03
			2	abr/25	0,00%	100,00%	R\$ 15.439,03
			3	mai/25	0,00%	100,00%	R\$ 15.439,03
			4	jun/25	0,00%	100,00%	R\$ 15.439,03
3	Estrutura Metálica	R\$ 250.245,16	1	mar/25	17,30%	17,30%	R\$ 43.292,41
			2	abr/25	28,87%	46,17%	R\$ 115.538,19
			3	mai/25	32,47%	78,64%	R\$ 196.792,79
			4	jun/25	21,36%	100,00%	R\$ 250.245,16
4	Drenagem	R\$ 9.943,83	1	mar/25	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
			2	abr/25	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
			3	mai/25	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
			4	jun/25	100,00%	100,00%	R\$ 9.943,83
5	Complementação da Obra	R\$ 4.998,61	1	mar/25	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
			2	abr/25	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
			3	mai/25	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
			4	jun/25	100,00%	100,00%	R\$ 4.998,61

Roseira, 04 de novembro de 2024.


FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA
Prefeito Municipal de Roseira


EDGARD VILELA RODRIGUES NETO
Arquiteto Urbanista Responsável Técnico
CAU A40364-4 / RRT 14168758



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Objeto:

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

Contrato de Repasse:

1088339-97/944856/2023

Local:

**Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era
Sistema de Lazer 01 - Matrícula 18.064**

Proprietária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

Cidade:

Roseira / SP



FOTO 1 - Vista geral externa da quadra



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 2 - Vista geral externa da quadra e da academia existente ao lado da quadra



FOTO 3 - Detalhe do portão



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 4 - Vista geral interna da quadra



FOTO 5 - Tabela de basquete que será substituída



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 6 - Trave de futsal que será substituída

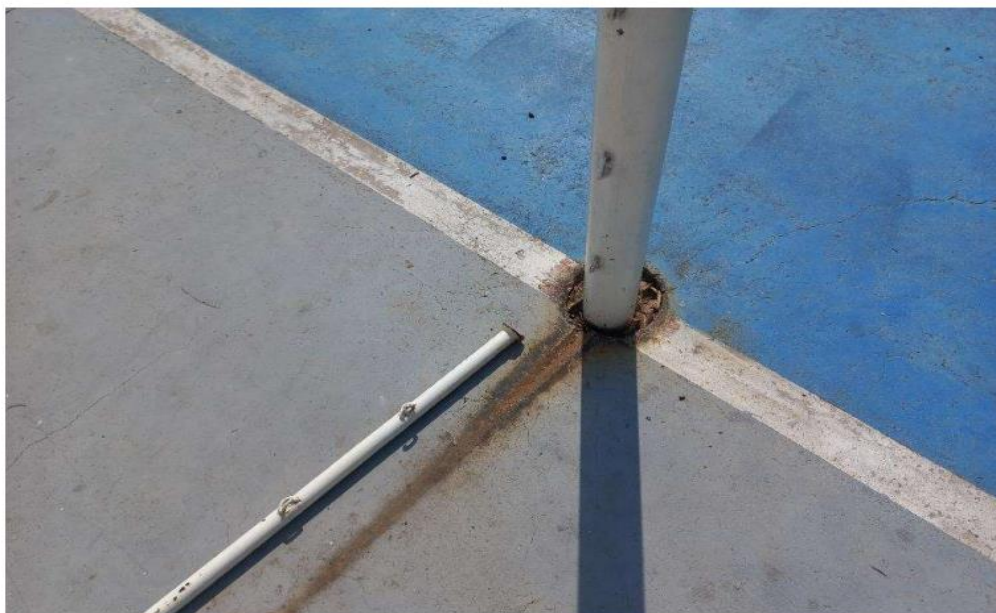


FOTO 7 - Trave de futsal que será substituída



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 8 - Vista geral interna da quadra



FOTO 9 - Vista geral interna da quadra



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 10 - Trave de futsal que será substituída



FOTO 11 - Trave de futsal que será substituída



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 12 - Tabela de basquete que será substituída



FOTO 13 - Vista geral interna da quadra



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 14 - Vista geral externa da quadra



FOTO 15 - Local onde será feita rampa de acessibilidade



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FOTO 16 - Rampa de acessibilidade existente

Roseira, abril de 2024.


FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA
Prefeito Municipal de Roseira


EDGARD VILELA RODRIGUES NETO
Arquiteto Urbanista Responsável Técnico
CAU A40364-4 / RRT 14168758



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

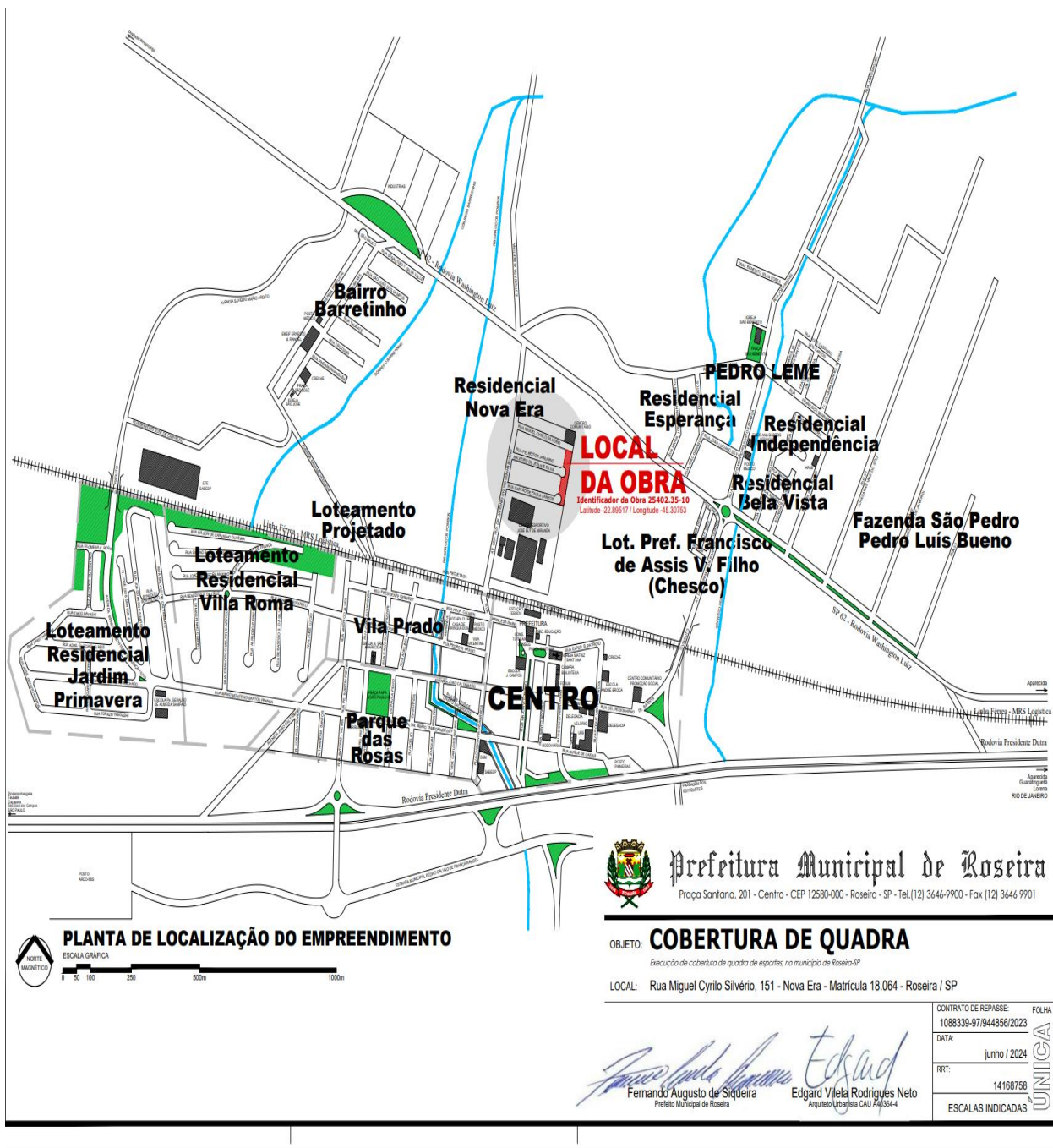
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

LOCALIZAÇÃO





TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMORIA DE CALCULO

Objeto:
Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

Contrato de Repasse:
1088339-97/944856/2023

Local:
**Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era
Sistema de Lazer 01 - Matrícula 18.064**

Proprietária:
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

Cidade:
Roseira / SP

1.	Serviços Preliminares	QTD	UND	MEMÓRIA DE CÁLCULO
1.1	placa de identificação da obra	4,50	m ²	3,00m x 1,50m
1.2	suporte de madeira para placa	2,00	m	um suporte em cada lado da placa
1.3	locação de obra	100,00	m	30,00m + 20,00m x 2unid
1.4	demolição do piso	0,24	m ³	1,00m x 0,40m x 0,05m x 12unid
2.	Fundações	QTD	UND	MEMÓRIA DE CÁLCULO
2.1	escavação manual para blocos	1,92	m ³	1,00m x 0,40m x 0,40 x 12,00
2.2	broca Ø25cm concreto armado fck 15MPa	72,00	m	3,00m x 24unid
2.3	concreto fck 25MPa	1,92	m ³	idem ao item 2.1
2.4	armação aço CA-50 - fornecimento/corte/dobra/colocação.	300,46	kg	VER TABELA 1
2.5	argamassa de impermeabilização	4,80	m ²	1,00m x 0,40m x 12unid
2.6	impermeabilização com com argamassa polimérica	4,80	m ²	idem ao item 2.5
3.	Estrutura Metálica	QTD	UND	MEMÓRIA DE CÁLCULO
3.1	estrutura metálica	7.941,97	kg	VER TABELA 2
3.2	telha metálica trapezoidal esp.0,5mm	606,00	m ²	30,30m x 20,00m
4.	Drenagem	QTD	UND	MEMÓRIA DE CÁLCULO
4.1	calha n.24 d.50	60,60	m	30,30m x 2unid
4.2	condutor PVC Ø100	72,60	m	30,30 + 6,00 x 2unid
5.	Complementação da Obra	QTD	UND	MEMÓRIA DE CÁLCULO
5.1	lastro de brita	0,67	m ³	22,18m ² x 0,03m
5.2	calçadas 7cm	3,37	m ³	22,18 + 2,17m ² x 0,07m
5.3	Limpeza final da obra	610,04	m ²	área da quadra



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMORIA DE CALCULO

TABELA 01

Aço utilizado na armação das fundações

N	QTD	Bit Ø	Comprim.		kg/m	PESO kg	repe- tições	kg TOTAL	
			Unit	Total					
1	0	10	3,00	-	0,617	-	28	-	
2	0	5	0,40	-	0,154	-	28	-	
3	2	5	2,70	5,40	0,154	0,83	14	11,62	
4	4	10	2,74	10,96	0,617	6,76	14	94,64	
5	4	10	1,54	6,16	0,617	3,80	14	53,20	
6	33	5	0,80	26,40	0,154	4,07	2	8,14	
6	61	5	0,80	48,80	0,154	7,52	2	15,04	
6	33	5	0,80	26,40	0,154	4,07	2	8,14	
13	2	8	6,80	13,60	0,395	5,37	2	10,74	
14	2	8	6,75	13,50	0,395	5,33	2	10,66	
15	2	8	6,75	13,50	0,395	5,33	2	10,66	
16	2	8	6,80	13,60	0,395	5,37	2	10,74	
17	2	10	6,80	13,60	0,617	8,39	2	16,78	
18	2	10	6,75	13,50	0,617	8,33	2	16,66	
19	2	10	6,75	13,50	0,617	8,33	2	16,66	
20	2	10	6,80	13,60	0,617	8,39	2	16,78	
SUBTOTAL						81,89		300,46	kg

Resumo de aço					
Bitola	Compr.(m)		kg/m	TOTAL	
Ø5	278,83		0,154	42,94	
Ø8	108,35		0,395	42,80	
Ø10	348,01		0,617	214,72	
PESO TOTAL				300,46	kg



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMORIA DE CALCULO

COBERTURA	1 peça (m)	repetições	Compr. Total	PESO (kg/m)	PESO TOTAL (kg)
Terça - Perfil U 3"x1 1/2" x esp.4.32mm	30,30	17	515,10	6,10	3.142,11
Tirante transversal - barra redonda Ø1/2"	11,26	10	112,60	0,99	111,47
SUBTOTAL					3.253,58
Subtotal Pilares				kg	1.704,94
Subtotal Chumbadores				kg	67,49
Subtotal Arcos				kg	2.915,96
Subtotal Cobertura				kg	3.253,58
TOTAL				kg	7.941,97

Roseira, 31 de outubro de 2024.


FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA
Prefeito Municipal de Roseira


EDGARD VILELA RODRIGUES NETO
Arquiteto Urbanista Responsável Técnico
CAU A40364-4 / RRT 14168758



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

Objeto:

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

Contrato de Repasse:

1088339-97/944856/2023

Local:

**Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era
Sistema de Lazer 01 - Matrícula 18.064**

Proprietária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

Cidade:

Roseira / SP

GENERALIDADES

A obra consiste na cobertura da quadra do residencial Nova Era, conforme especificações deste Memorial Descritivo.

Os serviços serão executados obedecendo aos detalhes do projeto básico, planilha de orçamento e deste memorial descritivo, utilizando-se materiais de excelente qualidade e durabilidade.

Deverá ser feita uma vistoria prévia ao local da obra, que incluirá a análise minuciosa da compatibilidade entre PROJETO BÁSICO, fornecido pela Prefeitura Municipal de Roseira, com os dados reais do local.

Subentende-se que o PROJETO BÁSICO seja suficiente ao entendimento da obra; entretanto, quaisquer detalhamentos adicionais que se fizerem necessários deverão ser desenvolvidos pela EMPRESA CONTRATADA.

Também ficarão a cargo exclusivo da EMPRESA CONTRATADA todas as providências e despesas correspondentes aos serviços preliminares, compreendendo todos os equipamentos, ferramentas, andaimes, tapumes, cercas, barracões, etc porventura necessários à execução da obra.

A empresa deverá recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), perante o CREA/SP ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) perante o CAU/BR, referente à responsabilidade da execução da obra antes do início dos trabalhos.

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 Placa de identificação para obra

Deverá ser instalada placa para identificar a obra, em chapa de aço nº 18 adesivada, com estrutura de madeira, medindo 3,00m x 1,50m.

A placa deve indicar a origem e a destinação dos recursos e o QR Code do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo Transferegov.br, bem como as informações sobre o canal para registro de denúncias, reclamações e elogios, de acordo com o padrão estabelecido no Manual de Placas da Caixa (devem ser observadas as vedações durante o período eleitoral).

1.2 Suporte de madeira para placa

Fixação de placa de sinalização (placa de obras) composta de no mínimo 2 (dois) pontaletes de 7,5 X 7,5cm, em madeira pinus, mista ou equivalente na região, bruta, com pintura esmalte sintético fosco duas demãos, fixação no solo através de estacas de concreto manual fck 15 Mpa.



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

1.3 **Locação convencional de obra, utilizando gabarito de tábuas corridas pontaletadas a cada 2,00m - 2 utilizações**

Serão executados quadros envolvendo a obra, utilizando-se sarrafos não aparelhados 2,5x7cm, pontaletados a cada 2,00m, em situação tal que não possam ser deslocados de suas posições originais, de modo a determinar a posição exata da obra no terreno.

1.4 **Demolição de piso de concreto simples, de forma manual, sem reaproveito**

Nos locais indicados no projeto, onde serão executados os blocos de fundação, o piso deverá ser serrado com serra própria, de modo a não danificar o piso da quadra. Após a serragem, o concreto deverá ser demolido cuidadosamente de forma manual, sem danificar as bordas, preservando o piso da quadra.

2. FUNDAÇÕES

2.1 **Escavação manual para bloco de coroamento ou sapata (sem escavação para colocação de fôrmas).**

O terreno será escavado nos locais indicados no projeto, no formato exato dos elementos de fundação (baldrames e blocos) de forma a possibilitar a execução das fundações sem a utilização de formas (execução contra-barranco).

2.2 **Estaca broca de concreto, diâmetro de 25cm, escavação manual com trado concha, com armadura de arranque**

Serão feitas brocas em concreto fck 20MPa utilizando-se trado manual, na profundidade de 3,00m e diâmetro de 25cm, armadas com aço CA-50 Ø10mm e estribos Ø5mm, conforme projeto estrutural.

2.3 **Concreto fck = 25MPa, traço 1:2,3:2,7 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l.**

Os blocos serão executados em concreto preparado em betoneira com resistência mínima fck 25Mpa, traço 1:2,3:2,7 com areia média, Cimento Portland Composto CP II-32 pedra britada n.1 (9,5 a 19 MM), incluindo lançamento e adensamento.

2.4 **Armação de bloco utilizando aço ca-50 de 10 mm - montagem**

Para a armadura dos baldrames e blocos, serão utilizadas barras de aço CA-50 conforme projeto estrutural.

2.6 **Impermeabilização de superfície com argamassa polimérica / membrana acrílica, 3 demãos.**

após a argamassa de impermeabilização, a fundação receberá pintura com argamassa polimérica impermeabilizante semiflexível, bicomponente, a base de cimento e aditivos três demãos.

3. ESTRUTURA METÁLICA

3.1 **Estrutura treliçada de cobertura em aço ASTM A36, incluindo fornecimento de material, montagem, pintura, mão de obra e transporte com guindaste - fornecimento e instalação.**

Será executada estrutura metálica em aço ASTM A36 com ligações soldadas com pilares em Perfil U 4"x2" com espessura da chapa de 6,27mm, treliçados com cantoneiras de abas iguais 1"x1" espessura da chapa 1/8", com altura de 6,00m soldados nos chumbadores em cantoneiras de abas iguais 2"x2" x 1/8" e barras



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

redondas Ø1/2", fixados nos blocos de fundação. Estes chumbadores deverão ser fixados às fundações na ocasião da concretagem, não sendo aceito a fixação por outro sistema. O arco de sustentação da cobertura também será em perfil metálico nas mesmas bitolas dos pilares, treliçado, resultando numa altura livre de 7,50m. Sobre os arcos, a estrutura receberá terças metálicas em Perfil U 3"x1 1/2", espessura da chapa 4.32mm para sustentação da cobertura. Toda estrutura deverá ser contraventada com barras redondas Ø1/2". Todas as peças da estrutura metálica deverão receber pintura de proteção anticorrosiva em tinta alquídica de fundo (tipo zarcão) pulverizada sobre os perfis metálicos e esmalte sintético como acabamento, previamente à sua montagem, em cor a ser definida pela Prefeitura Municipal de Roseira, devendo ser retocadas as partes onde houver solda, arranhões ou outro dano à pintura decorrente da montagem. Não será admitida a montagem, solda ou pintura sobre o piso da quadra, para não danificá-lo. A empresa contratada deverá emitir ART/RRT específica para este serviço. A entrega desta ART/RRT é condicionante para fins de medição.

3.2 Telhamento com telha trapezoidal de aço e = 0,5 mm, 2 águas, incluso içamento e fixação.

A cobertura das quadras será em telha trapezoidal em aço zincado, sem pintura, altura de aproximadamente 40 mm, espessura de 0,50 mm e largura útil de 980 mm, fixadas à estrutura por meio de haste reta para gancho de ferro galvanizado, com rosca 1/4 " x 30 cm para, providos de porca e arruelas de vedação.

4. DRENAGEM

4.1 Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical.

serão instaladas calhas quadradas de chapa de aço galvanizada num 24, corte 50 cm, utilizando-se solda em barra de estanho-chumbo 50/50, rebite de repuxo em alumínio vazado, diâmetro 3,2 x 8 mm de comprimento, prego de aço polido com cabeça 18 x 27 e selante elástico minicomponente a base de poliuretano (PU) para juntas.

4.2 Tubo PVC, série R, água pluvial, Ø 100 mm, fornecido e instalado em condutores verticais de águas pluviais.

Nos locais indicados no projeto serão instalados condutores em PVC Ø100mm, incluindo conexões necessárias, para drenagem das águas pluviais provenientes das calhas, levando até a sarjeta.

5. COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA

5.1 Lastro com material granular (pedra britada N.3)

Nos locais indicados no projeto (da calçada existente até a quadra), será executado um lastro de brita 25mm compactado mecanicamente, até obter uma espessura final de aproximadamente 3cm.

5.2 Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, não armado.

A calçada será executada em concreto fck 20MPa, traço 1:2,7:3, preparado em betoneira, espalhado e desempenado, com espessura final de, no mínimo, 7cm. Serão executadas juntas de dilatação a cada 2m, utilizando-se sarrafo de madeira.



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

5.3 Limpeza final da obra

Durante toda a duração da obra, o entulho deverá ser acondicionado em caçambas próprias. No final dos trabalhos, todo o local da obra deverá ser limpo, lavado com lavadora de alta pressão e todos os restos de materiais deverão ser removidos e encaminhado para bota-fora a ser definido pela Prefeitura Municipal de Roseira. Caso haja qualquer tipo de dano à pintura do piso da quadra, bem como demarcação das modalidades, a empresa contratada ficará responsável pelos devidos reparos.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Caberá à Empresa Contratada a total execução, fornecimento de material e controle dos serviços tais como descritos neste memorial.

Para as atividades omissas neste Memorial Descritivo, deverão ser seguidas as normas da ABNT, bem como orientação da Prefeitura Municipal de Roseira e Caixa Econômica Federal.

Todo custo com mobilização e desmobilização, canteiro de obras, container escritório, banheiro químico, ligações provisórias e outras despesas preliminares ou do canteiro de obras, necessárias à execução da obra e outras despesas indiretas porventura omissas no orçamento, deverá ser custeado pela empresa contratada, podendo ser incluído no cálculo do BDI, se for o caso.

Roseira, 31 de outubro de 2024.


FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA
Prefeito Municipal de Roseira


EDGARD VILELA RODRIGUES NETO
Arquiteto Urbanista Responsável Técnico
CAU A40364-4 / RRT 14168758



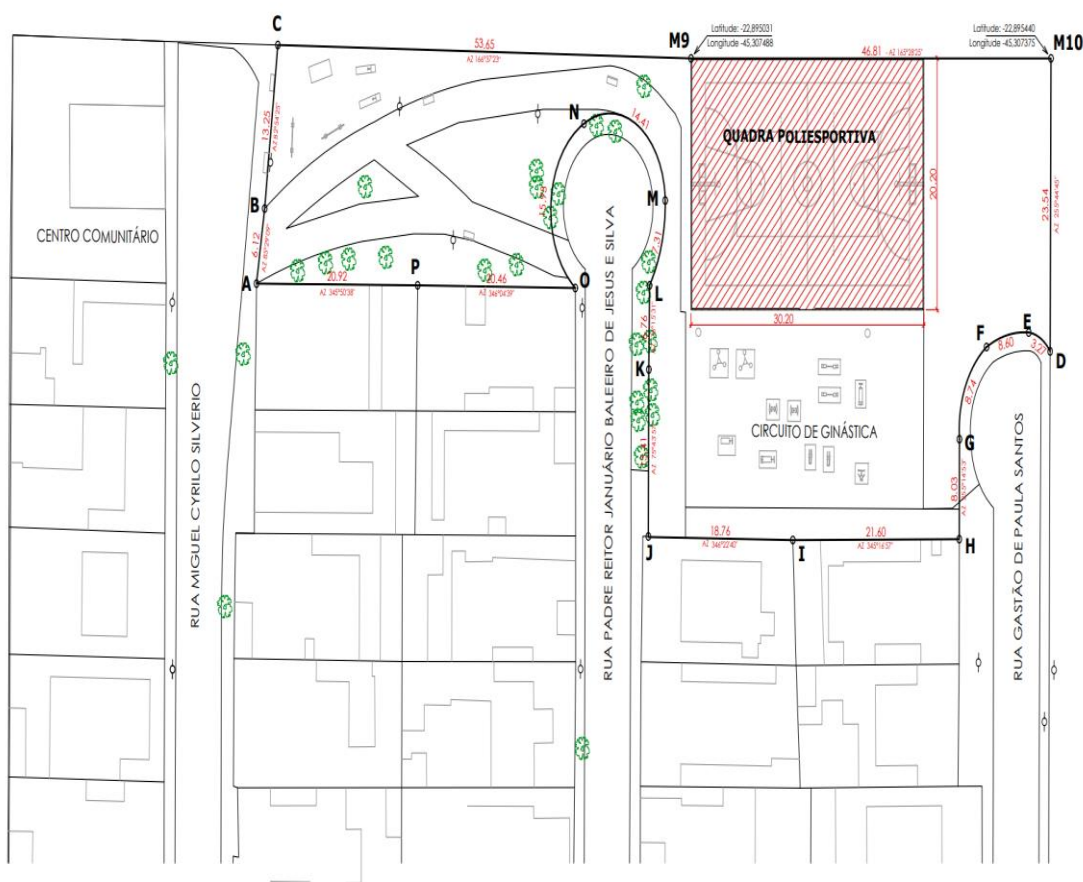
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

QUADRA NOVA ERA – PB FLS. 01 TGOV4



IMPLANTAÇÃO

ESCALA 1 : 400



Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Sant'ana, 201 - Centro - CEP 12580-000 - Roseira - SP - Tel.(12) 3646-9900 - Fax (12) 3646 9901

OBJETO: COBERTURA DE QUADRA

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

LOCAL: Rua Miguel Cyrillo Silvério, 151 - Nova Era - Matrícula 18.064 - Roseira / SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA
Secretaria de Obras e Viação
SETOR DE PROJETOS
APROVADO

Fernando Augusto de Siqueira
Fernando Augusto de Siqueira
Prefeito Municipal de Roseira

Edgard Vilela Rodrigues Neto
Edgard Vilela Rodrigues Neto
Arquiteto Urbanista CAU 448364-4

CONTRATO DE REPASSE:	FOLHA
1088339-97/044856/2023	01/043
DATA:	novembro / 2024
RRT:	14168758
ESCALAS INDICADAS	



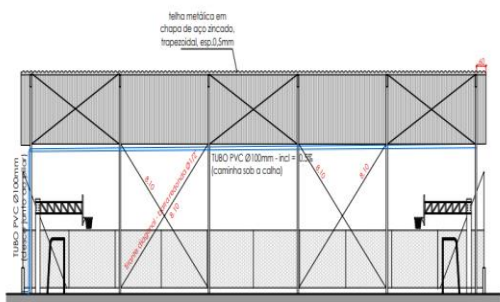
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

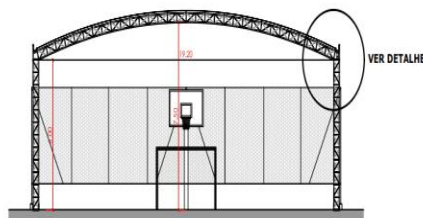
PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

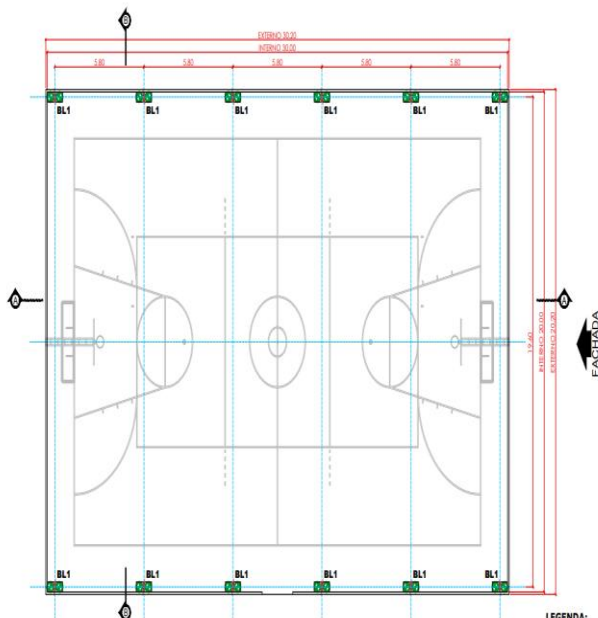
QUADRA NOVA ERA – PB FLS. 02 TGOV3



Corte AA
ESCALA 1 : 200

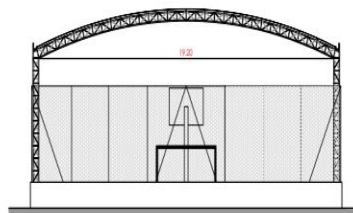


Corte BB
ESCALA 1 : 200



Planta de Fundações e Estrutura
ESCALA 1 : 200

LEGENDA:
■ Bloco 1,00x1,40x0,40m
I Pilar metálico



Fachada (Rua Gastão de Paula Santos)
ESCALA 1 : 200

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA
Secretaria de Obras e Viação
SETOR DE PROJETOS
APROVADO



Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Santana, 201 - Centro - CEP 12580-000 - Roseira - SP - Tel.(12) 3646-9900 - Fax (12) 3646 9901

OBJETO: **COBERTURA DE QUADRA**

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira/SP.

LOCAL: Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era - Matrícula 18.064 - Roseira / SP

QUADRO DE ÁREAS	
Área do Terreno	2.592,04m ²
Área Construída da Quadra	610,04m ²
Área da cobertura (projeção)	606,00m ²
Peso da Estrutura	7.230,72kg
Taxa de Estrutura	11,93kg/m ²

OBSERVAÇÕES:
Nesta Quadra, os seguintes itens estão em perfeitas condições de utilização, garantindo a funcionalidade do objeto:
- Alambrados;
- Pintura de demarcação do Piso;
- Instalações Elétricas.

Fernando Augusto de Siqueira Edgard
Fernando Augusto de Siqueira Edgard Vilela Rodrigues Neto
Prefeito Municipal de Roseira Arquiteto Responsável CRB 24856-4

CONTRATO DE REPASSE		FOLHA
1088339-97/044856/2023		02/04
DATA:	outubro / 2024	
RRF:	14168758	
ESCALAS INDICADAS		



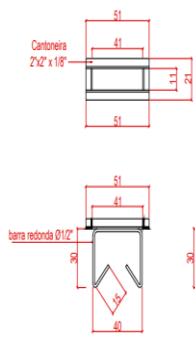
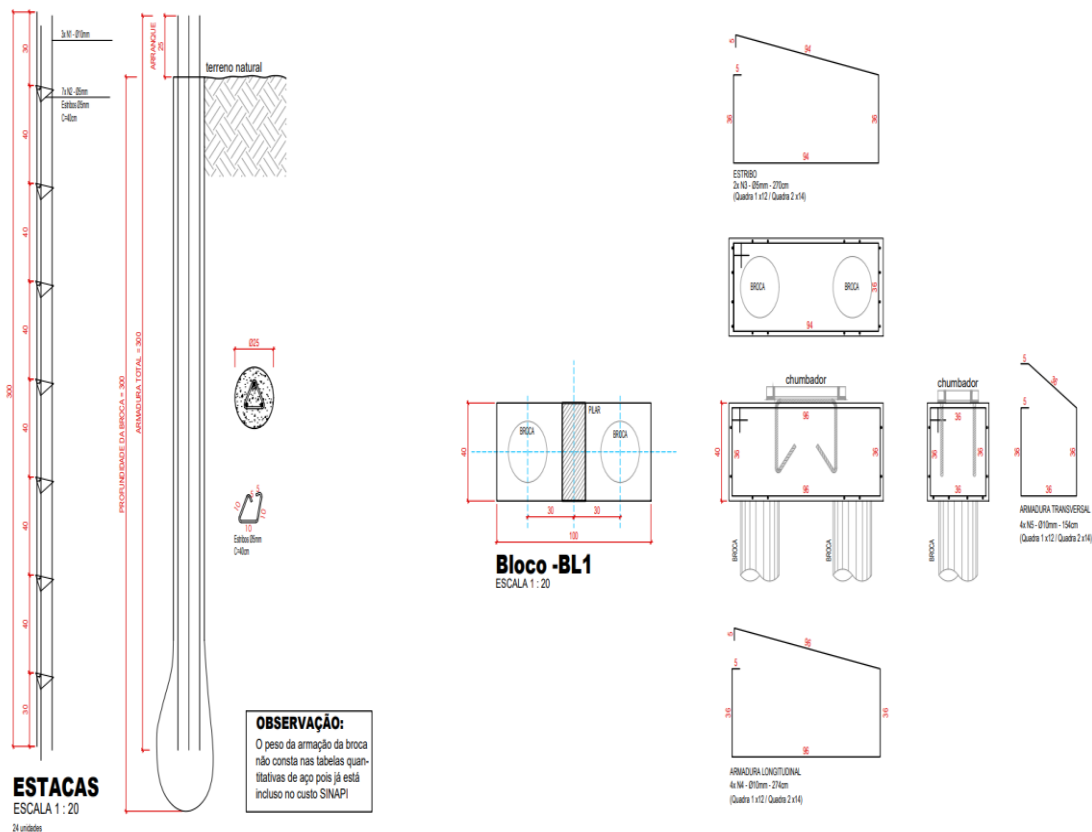
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

QUADRA NOVA ERA – PB FLS. 04 TGOV3



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA
Secretaria de Obras e Viação
SETOR DE PROJETOS
APROVADO



Prefeitura Municipal de Roseira
Praça Santana, 201 - Centro - CEP 12580-000 - Roseira - SP - Tel.(12) 3646-9900 - Fax (12) 3646 9901

OBJETO: **COBERTURA DE QUADRA**

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira/SP

LOCAL: Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era - Matrícula 18.064 - Roseira / SP

Fernando Augusto de Siqueira
Fernando Augusto de Siqueira
Prefeito Municipal de Roseira

Edgard Vilela Rodrigues Neto
Edgard Vilela Rodrigues Neto
Arquiteto (Quadra CAU) R08364

CONTRATO DE REPARTE:	FOLHA
1088339-97/044856/2023	04/04
DATA:	
outubro / 2024	
RRT:	
14168758	
ESCALAS INDICADAS	



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Objeto:
Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

Contrato de Repasse:
1088339-97/944856/2023

Local:
Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era - Sistema de Lazer 01 - Roseira / SP

Proprietária:
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

Data Base: 09/2024 (desonerado)
BDI 29,29 %

ITEM	FONTE	MACROSSERVIÇO / SERVIÇO	QTD.	UND.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.		SERVIÇOS PRELIMINARES				R\$ 12.073,26
1.1	SINAPI - 103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	4,5	m ²	R\$ 601,46	R\$ 2.706,57
1.2	SINAPI - 103694	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE MADEIRA PARA PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM SOLO, COM H= DE 2,5 M E SEÇÃO DE 7,5 X 7,5 CM. AF_03/2022	2	UN	R\$ 139,34	R\$ 278,68
1.3	SINAPI - 99059	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	100	M	R\$ 90,13	R\$ 9.013,00
1.4	SINAPI - 104789	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	0,24	m ³	R\$ 312,56	R\$ 75,01

2.		FUNDAÇÕES				R\$ 15.439,03
2.1	SINAPI - 96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	1,92	m ³	R\$ 217,38	R\$ 417,37
2.2	SINAPI - 101174	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 25CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	72	M	R\$ 111,38	R\$ 8.019,36



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

2.3	SINAPI - 94965	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	1,92	m ³	R\$ 536,79	R\$ 1.030,64
2.4	SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	300,46	KG	R\$ 18,15	R\$ 5.453,35
2.5	SINAPI - 98562	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 1,5CM. AF_09/2023	4,8	m ²	R\$ 64,77	R\$ 310,90
2.6	SINAPI - 98555	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	4,8	m ²	R\$ 43,21	R\$ 207,41

3.	ESTRUTURA METÁLICA					R\$ 250.245,16
3.1	SINAPI - 100773	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO ARCO, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	7.941,97	KG	R\$ 24,78	R\$ 196.802,02
3.2	SINAPI - 94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	606	m ²	R\$ 88,19	R\$ 53.443,14

4.	DRENAGEM					R\$ 9.943,83
4.1	SINAPI - 94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	60,6	M	R\$ 110,67	R\$ 6.706,60
4.2	SINAPI - 89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	72,6	M	R\$ 44,59	R\$ 3.237,23

5.	COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA					R\$ 4.998,61
-----------	-------------------------------	--	--	--	--	---------------------



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

5.1	SINAPI - 100322	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.3), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	0,67	m ³	R\$ 185,62	R\$ 124,37
5.2	SINAPI - 94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	3,37	m ³	R\$ 892,44	R\$ 3.007,52
5.3	SINAPI - 99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	610,04	m ²	R\$ 3,06	R\$ 1.866,72

PREÇO TOTAL DA OBRA

R\$ 292.699,89

Roseira, 04 de novembro de 2024.


FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA
Prefeito Municipal de Roseira


EDGARD VILELA RODRIGUES NETO
Arquiteto Urbanista Responsável Técnico
CAU A40364-4 / RRT 14168758



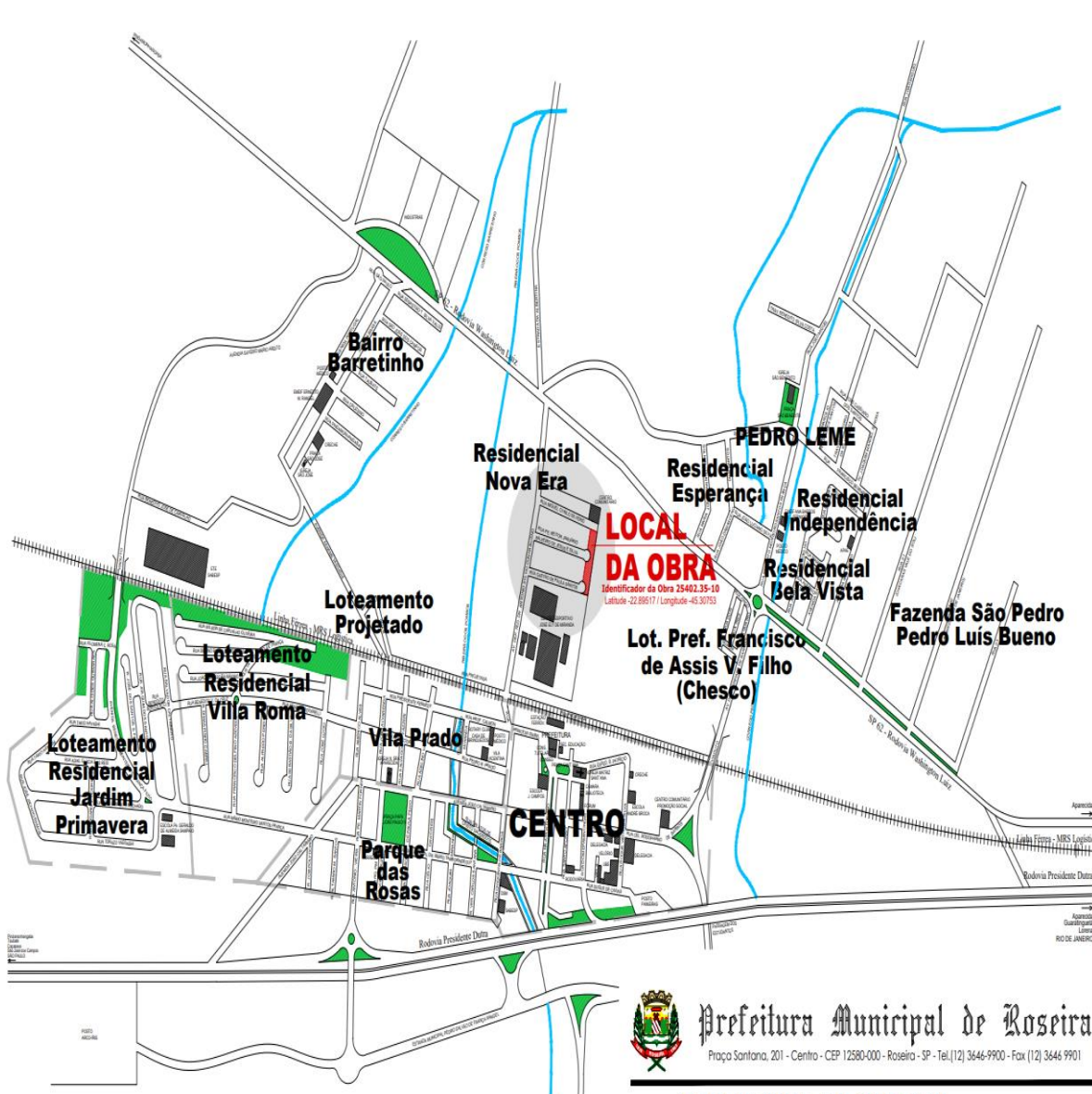
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



Prefeitura Municipal de Roseira
Praça Santana, 201 - Centro - CEP 12580-000 - Roseira - SP - Tel.(12) 3646-9900 - Fax (12) 3646 9901

OBJETO: **COBERTURA DE QUADRA**

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

LOCAL: Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era - Matrícula 18.064 - Roseira / SP



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

ESCALA GRÁFICA



Fernando Augusto de Silveira
Fernando Augusto de Silveira
Prefeito Municipal de Roseira

Edgaro Vilela Rodrigues Neto
Edgaro Vilela Rodrigues Neto
Arquiteto Urbanista CAU 48684-4

CONTRATO DE REPASSE:	FOLHA
1088339-97/944856/2023	01/02
DATA:	novembro / 2024
RTT:	14168758
ESCALAS INDICADAS	



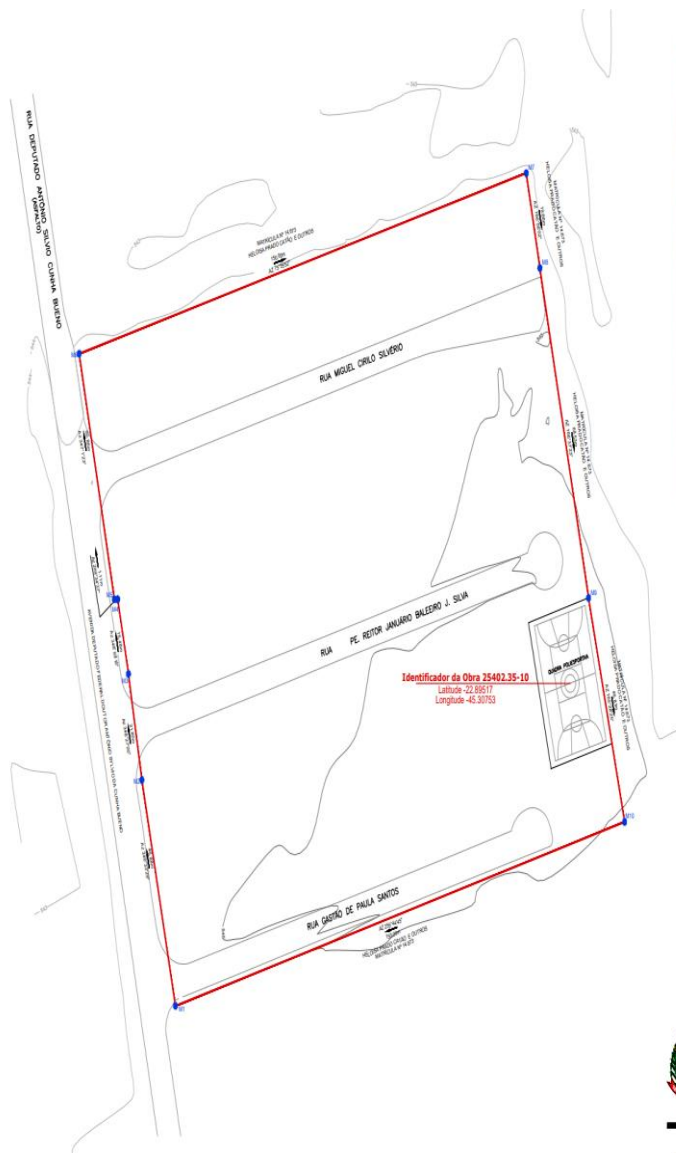
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

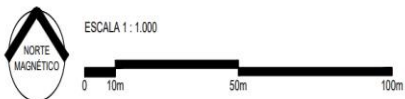


COORDENADAS GEOGRÁFICAS

PONTO	LATITUDE:	LONGITUDE:
M1	-22,895773º	-45,308800º
M2	-22,895361º	-45,308906º
M3	-22,895168º	-45,308948º
M4	-22,895031º	-45,308981º
M5	-22,895031º	-45,308992º
M6	-22,894583º	-45,309103º
M7	-22,894257º	-45,307684º
M8	-22,894430º	-45,307641º
M9	-22,895031º	-45,307488º
M10	-22,895440º	-45,307375º

Coordenadas Geográficas Datum SIRGAS2000

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO



Prefeitura Municipal de Roseira

Praça Santana, 201 - Centro - CEP 12580-000 - Roseira - SP - Tel.(12) 3646-9900 - Fax (12) 3646 9901

OBJETO: **COBERTURA DE QUADRA**

Execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP

LOCAL: Rua Miguel Cyrilo Silvério, 151 - Nova Era - Matrícula 18.064 - Roseira / SP

Fernando Augusto de Siqueira
Fernando Augusto de Siqueira
Prefeito Municipal de Roseira

Edgard Vilela Rodrigues Neto
Edgard Vilela Rodrigues Neto
Arquiteto Urbanista CAU 44834-4

CONTRATO DE REPASSE: FOLHA
1088339-97/944856/2023
DATA: novembro / 2024
RRT: 14168758
ESCALAS INDICADAS: 02/02



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RRT



CAU/BR Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT 14168758

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: EDGARD VILELA RODRIGUES NETO
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 285.XXX.XXX-07
Nº do Registro: 000A403644

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI14168758R02CT001
Data de Cadastro: 13/04/2024
Data de Registro: 13/04/2024

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: RETIFICADOR
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

DOCUMENTO ISENTO DE PAGAMENTO

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: Município de Roseira
Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 45.XXX.XXX/0001-50
Data de Início: 10/04/2024
Data de Previsão de Término: 10/04/2026

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: R
Logradouro: RUA MIGUEL CYRILO SILVERIO
Bairro: NOVA ERA

CEP: 12580366
Nº: 151
Complemento: MATRÍCULA 18.064
Cidade/UF: ROSEIRA/SP

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.2.4 - Projeto de estrutura metálica
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.7.3 - Orçamento

Quantidade: 606,00
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 606,00
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Institucional

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Contrato de Repasse nº 1088339-97/944856/2023 - Objeto: execução de cobertura de quadra de esportes, no município de Roseira-SP - Programa Esporte do Ministério do Esporte. Arquiteto Urbanista responsável técnico pelo projeto básico da estrutura metálica e elaboração de orçamento.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

RRT



CAU/BR Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT 14168758

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI14168758R02CT001	Município de Roseira	RETIFICADOR	13/04/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista EDGARD VILELA RODRIGUES NETO, registro CAU nº 000A403644, na data e hora: 13/04/2024 11:30:50, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**)

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.





TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

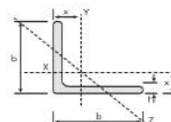
PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU



CANTONEIRA DE ABAS IGUAIS GERDAU



Cantoneira em Polegadas										
b	Peso Nominal	t	Área	$I_x=I_y$	$W_x=W_y$	$r_x=r_y$	r_z min.	x		
pol	mm	kg/m	pol	mm	cm ²	cm ⁴	cm ³	cm	cm	cm
5/8"	15,880	0,57		2,50						
3/4"	19,050	0,71		2,50						
1/2"	12,700	0,55	1/8"	3,18	0,70	0,10	0,11	0,37	0,25	0,43
5/8"	15,880	0,71	1/8"	3,18	0,90	0,20	0,19	0,47	0,32	0,51
3/4"	19,050	0,87	1/8"	3,18	1,11	0,36	0,27	0,57	0,38	0,59
7/8"	22,200	1,04	1/8"	3,18	1,32	0,56	0,38	0,66	0,46	0,66
1"	25,400	1,19	1/8"	3,18	1,48	0,83	0,40	0,70	0,48	0,76
		1,73	3/16"	4,76	2,19	1,25	0,66	0,76	0,48	0,81
		2,22	1/4"	6,35	2,84	1,66	0,98	0,76	0,48	0,86
1.1/4"	31,750	1,50	1/8"	3,18	1,93	1,67	0,82	0,97	0,64	0,89
		2,20	3/16"	4,76	2,77	2,50	1,15	0,97	0,61	0,97
		2,86	1/4"	6,35	3,62	3,33	1,47	0,94	0,61	1,02
		1,83	1/8"	3,18	2,32	3,33	1,15	1,17	0,76	1,07
1.1/2"	38,100	2,68	3/16"	4,76	3,42	4,58	1,64	1,17	0,74	1,12
		3,48	1/4"	6,35	4,45	5,83	2,13	1,15	0,74	1,19
1.3/4"	44,450	2,14	1/8"	3,18	2,71	5,41	1,64	1,40	0,89	1,22
		3,15	3/16"	4,76	4,00	7,50	2,30	1,37	0,89	1,30
		4,12	1/4"	6,35	5,22	9,57	3,13	1,35	0,86	1,35
2"	50,800	2,86	1/8"	3,18	4,58	7,84	2,13	1,66	0,96	1,46
		4,74	1/4"	6,35	6,06	14,60	4,10	1,55	0,99	1,50
		5,83	5/16"	7,94	7,42	17,50	4,91	1,53	0,99	1,55
		6,99	3/8"	9,52	8,76	20,00	5,73	1,50	0,99	1,63
		4,57	3/16"	4,76	5,80	23,00	4,91	1,98	1,24	1,75
2.1/2"	63,500	6,10	1/4"	6,35	7,67	29,00	6,40	1,96	1,24	1,83
		7,44	5/16"	7,94	9,48	35,00	7,87	1,93	1,24	1,88
		8,78	3/8"	9,52	11,16	41,00	9,35	1,91	1,22	1,93
		5,52	3/16"	4,76	7,03	40,00	7,21	2,39	1,50	2,08
		7,29	1/4"	6,35	9,29	50,00	9,50	2,36	1,50	2,13
3"	76,200	9,07	5/16"	7,94	11,48	62,00	11,60	2,34	1,50	2,21
		10,71	3/8"	9,52	13,61	75,00	13,60	2,31	1,47	2,26
		14,00	1/2"	12,70	17,74	91,00	18,00	2,29	1,47	2,36
		8,56	1/4"	6,35	10,90	83,70	13,00	2,77	1,76	2,46
3.1/2"	88,900	10,59	5/16"	7,94	13,50	102,00	16,00	2,75	1,75	2,52
		12,58	3/8"	9,52	16,00	121,00	19,20	2,75	1,75	2,58
		9,81	1/4"	6,35	12,51	125,00	16,40	3,17	2,00	2,77
		12,19	5/16"	7,94	15,48	154,00	21,30	3,15	2,00	2,84
4"	101,600	14,57	3/8"	9,52	18,45	183,00	24,60	3,12	2,00	2,90
		16,80	7/16"	11,11	21,35	208,00	29,50	3,12	1,98	2,95
		19,03	1/2"	12,70	24,19	233,00	32,80	3,10	1,98	3,00
		12,54	1/4"	6,35	15,73	251,63	27,09	4,50	2,53	3,41
		15,31	5/16"	7,94	19,50	308,00	33,40	3,97	2,53	3,47
		18,30	3/8"	9,52	23,29	362,00	39,50	3,94	2,51	3,53
5"	127,000	24,10	1/2"	12,70	30,64	470,00	52,50	3,91	2,49	3,63
		29,80	5/8"	15,88	37,80	566,00	64,00	3,86	2,46	3,76
		23,52	7/16"	11,11	26,96	416,68	45,71	3,93	2,50	3,58
		22,20	3/8"	9,52	28,10	641,00	57,40	4,78	3,02	4,17
6"	152,400	29,20	1/2"	12,70	37,09	828,00	75,40	4,72	3,00	4,27
		36,00	5/8"	15,88	45,86	1037,00	93,50	4,67	2,97	4,39
		42,70	3/4"	19,05	54,44	1173,00	109,90	4,65	2,97	4,52
8"	203,200	48,70	5/8"	15,88	62,90	2472,40	168,90	6,31	4,01	5,66
		57,90	3/4"	19,05	73,81	2901,10	199,90	6,27	3,99	5,79

Montante das treliças (pilares e arcos)

Cantoneira dos chumbadores

OBS.: As barras são fornecidas com tolerância de comprimento -0+10 cm.



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

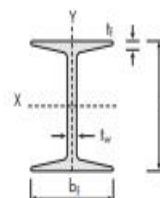
PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU



PERFIL I GERDAU



Bitola	Peso	ALMA		MESA		Área	EIXO X			EIXO Y			
		Nominal	d	t _w	b _f		t _f	I	W	r	I	W	r
pol	kg/m	mm	mm	mm	mm	cm ²	cm ⁴	cm ³	cm	cm ⁴	cm ³	cm	cm
3"	8,48	76,20	4,32	59,18	6,60	10,80	105,10	27,60	3,12	18,90	6,40	1,33	1,45
	9,68	76,20	6,38	61,24	6,60	12,32	115,00	30,18	3,06	45,60	11,48	1,92	1,98
4"	11,46	101,60	4,90	67,80	7,44	14,50	252,00	49,70	4,17	31,70	9,40	1,48	1,68
	12,65	101,60	6,43	69,20	7,44	16,11	266,00	52,40	4,06	34,30	9,90	1,48	1,83
5"	14,88	127,00	5,44	76,30	8,28	18,80	511,00	80,40	5,21	50,20	13,20	1,63	1,88
	18,24	127,00	8,81	79,70	8,28	23,24	570,00	89,80	4,95	58,60	14,70	1,59	1,92
6"	18,60	152,40	5,89	84,63	9,12	23,60	919,00	120,60	6,24	75,70	17,90	1,79	2,08
	22,00	152,40	8,71	87,50	9,12	27,97	1003,00	131,70	5,99	84,90	19,40	1,74	2,26

OBS.: As barras são fornecidas com tolerância de comprimento -0+10 cm.



TERMO DE REFERÊNCIA

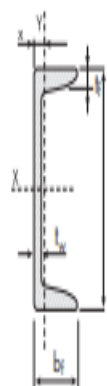
PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU

PERFIL U GERDAU



Terças da cobertura

Banzos das Treliças
(pilares e arcos)

Bitola	Peso	ALMA		ABA		EIXO X			EIXO Y			x	
		Nominal	d	t _w	b _f	t _f	area	I	W	r	I		W
pol	kg/m	mm	mm	mm	mm	cm ²	cm ⁴	cm ³	cm	cm ⁴	cm ³	cm	cm
3"	6,10	76,20	4,32	35,81	6,93	7,78	68,90	18,10	2,98	8,20	3,32	1,03	1,11
	7,44		6,55	38,05	6,93	9,48	77,20	20,30	2,85	10,30	3,82	1,04	1,11
4"	8,04	101,60	4,67	40,23	7,52	10,10	159,50	31,40	3,97	13,10	4,61	1,14	1,16
	9,30		6,27	41,83	7,52	11,90	174,40	34,30	3,84	15,50	5,10	1,14	1,15
6"	12,20	152,40	5,08	48,77	8,71	15,50	546,00	71,70	5,94	28,80	8,16	1,36	1,30
	15,62		7,98	51,66	8,71	19,90	632,00	82,90	5,63	36,00	9,24	1,34	1,27
8"	17,10	203,20	5,59	57,40	9,50	21,68	1344,30	132,70	7,87	54,10	12,94	1,42	1,47
	20,50		7,70	59,51	9,50	25,93	1490,00	147,50	7,59	62,40	14,09	1,42	1,42
10"	22,77	254,00	6,10	66,04	11,10	29,00	2800,00	221,00	9,84	95,00	19,00	1,81	1,61
	29,76		9,63	69,57	11,10	37,90	3290,00	259,00	9,31	117,00	21,60	1,76	1,54
12"	30,80	305,00	7,20	74,00	12,70	39,30	5370,00	352,00	11,70	161,00	28,30	2,03	1,77
	37,00		9,80	77,00	12,70	47,40	6010,00	394,00	11,30	186,00	30,90	1,98	1,71

OBS: As barras são fornecidas com tolerância de comprimento -0+10 cm.



TERMO DE REFERÊNCIA

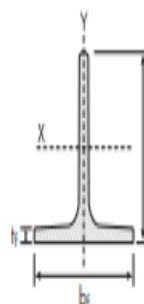
PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU

PERFIL T GERDAU



Bitola	Mesa $d \times b_f$	Espessura $t_f \times t_w$	Peso Nominal	Área	Eixo X			Eixo Y			
					I	W	r	I	W	r	x
pol	mm	mm	kg/m	cm ²	cm ⁴	cm ³	cm	cm ⁴	cm ³	cm	cm
3/4" serr	19,05	2,50	0,69								
5/8 x 1/8"	15,88	3,18	0,71	0,90	0,20	0,19	0,47	0,11	0,14	0,35	0,51
3/4 x 1/8"	19,05	3,18	0,86	1,13	0,36	0,27	0,57	0,19	0,20	0,41	0,59
7/8 x 1/8"	22,22	3,18	0,99	1,34	0,59	0,38	0,67	0,33	0,27	0,48	0,67
1 x 1/8"	25,40	3,18	1,18	1,54	0,90	0,50	0,77	0,44	0,35	0,54	0,75
1.1/4 x 1/8"	31,75	3,18	1,50	1,92	1,84	0,81	0,98	0,86	0,54	0,67	0,91
1.1/2 x 1/8"	38,10	3,18	1,82	2,32	3,24	1,18	1,18	1,47	0,77	0,80	1,07
1.1/4 x 3/16"	31,75	4,76	2,16	2,79	2,56	1,16	0,96	1,29	0,82	0,68	0,97
1.1/2 x 3/16"	38,10	4,76	2,65	3,40	4,56	1,70	1,16	2,22	1,17	0,81	1,13
2 x 3/16"	50,80	4,76	3,62	4,61	11,33	3,12	1,57	5,24	2,06	1,07	1,45
2 x 1/4"	50,80	6,35	4,74	6,05	14,47	4,04	1,55	7,03	2,77	1,08	1,50

OBS.: As barras são fornecidas com tolerância de comprimento -0+10 cm.



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

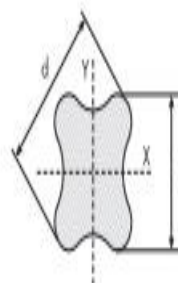
OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU



PERFIL ESTRELA GERDAU

Bitola		Peso Nominal
h (mm)	d (mm)	kg/m
12,1	15,3	0,909
10,5	13,2	0,694





TERMO DE REFERÊNCIA

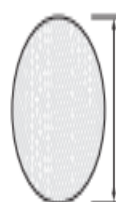
PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU

BARRA REDONDA GERDAU



Tirantes e chumbador

Bitolas			Bitolas			Bitolas		
pol	mm	kg/m	pol	mm	kg/m	pol	mm	kg/m
1/4"	6,35	0,25	1.5/16"	33,34	6,85	2.7/16"	61,91	23,63
5/16"	7,94	0,39	1.3/8"	34,93	7,52	2.1/2"	63,50	24,86
3/8"	9,53	0,56	1.7/16"	36,51	8,22	2.9/16"	65,08	26,11
1/2"	12,70	0,99	1.1/2"	38,10	8,95	2.5/8"	66,68	27,40
9/16"	14,29	1,26	1.9/16"	39,69	9,71	2.3/4"	69,85	30,08
5/8"	15,88	1,56	1.5/8"	41,28	10,50	2.13/16"	71,44	31,45
11/16"	17,46	1,88	1.11/16"	42,86	11,32	2.7/8"	73,03	32,87
3/4"	19,05	2,24	1.3/4"	44,45	12,18	3"	76,20	35,79
13/16"	20,64	2,63	1.13/16"	46,40	13,06	3.1/16"	77,79	37,30
7/8"	22,23	3,05	1.7/8"	47,63	13,98	3.1/8"	79,38	38,84
15/16"	23,81	3,49	2"	50,80	15,91	3.1/4"	82,55	42,01
1"	25,40	3,98	2.1/16"	52,39	16,92	3.7/16"	87,31	46,99
1.1/16"	26,99	4,49	2.1/8"	53,98	17,96	3.1/2"	88,90	48,73
1.1/8"	28,58	5,04	2.1/4"	57,15	20,14	3.3/4"	95,35	55,94
1.3/16"	30,16	5,60	2.5/16"	58,74	21,27	4"	101,60	63,64
1.1/4"	31,75	6,21	2.3/8"	60,33	22,43	4.1/16"	103,19	65,65



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU

BARRA CHATA GERDAU

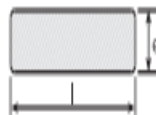


Tabela de Peso Nominal (kg/m)																				
Largura (l) pol e mm																				
Esposura (t)	3/8"	1/2"	5/8"	3/4"	7/8"	1"	1.1/4"	1.1/2"	1.3/4"	2"	2.1/2"	3"	3.1/2"	4"	4.1/4"	4.1/2"	4.3/4"	6"		
pol	mm	9,53	12,70	15,88	19,05	22,23	25,40	31,75	38,10	44,45	50,80	63,50	76,20	88,90	101,60	107,95	114,30	120,65	152,40	
	2,50		0,25	0,31																
1/8"	3,18	0,24	0,32	0,40	0,48	0,55	0,63	0,79	0,95		1,27									
5/32"	3,96		0,39																	
3/16"	4,76		0,47	0,59	0,71	0,83	0,95	1,19	1,42		1,90									
1/4"	6,35		0,63	0,79	0,95	1,11	1,27	1,58	1,90		2,53	3,17	3,80		5,06				7,60	
5/16"	7,94						1,58	1,98	2,37		3,17	3,96	4,75		6,33				9,50	
3/8"	9,53						1,90	2,38	2,85		3,80	4,75	5,70		7,60				9,03	11,40
1/2"	12,70					2,22	2,53	3,17	3,80		5,06	6,33	7,60		10,13		11,40			15,19
5/8"	15,88								4,75	5,54	6,33	7,92	9,50	11,08	12,67					19,00
11/16"	17,46													12,18						
3/4"	19,05										7,60	9,50	11,40	13,29	15,19					22,79
1"	25,40										10,13		15,19	17,73	20,26					30,39
1.1/4"	31,75														25,32					
1.1/2"	38,10														30,39	32,29				
2"	50,80													30,39						



TERMO DE REFERÊNCIA

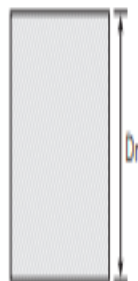
PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU

BARRA QUADRADA TREFILADA GERDAU



Bitola	Tolerância	Peso Nominal	Bitola	Tolerância	Peso Nominal	Bitola	Tolerância	Peso Nominal
Dn (mm)	mm	kg/m	Dn (mm)	mm	kg/m	Dn (mm)	mm	kg/m
4,76	+0/-0,08	0,180	20,00	+0/-0,13	3,140	36,51	+0/-0,16	10,464
6,35	+0/-0,08	0,320	20,64	+0/-0,13	3,344	38,10	+0/-0,16	11,395
7,94	+0/-0,08	0,488	22,22	+0/-0,13	3,876	39,68	+0/-0,16	12,360
9,53	+0/-0,09	0,706	23,81	+0/-0,13	4,450	41,28	+0/-0,16	13,377
11,11	+0/-0,09	0,696	25,40	+0/-0,13	4,490	42,86	+0/-0,16	18,740
12,70	+0/-0,11	1,266	29,85	+0/-0,13	6,995	44,45	+0/-0,16	15,510
14,28	+0/-0,11	1,601	30,16	+0/-0,16	7,141	46,04	+0/-0,16	16,640
15,88	+0/-0,11	1,980	31,75	+0/-0,16	7,913	47,62	+0/-0,16	17,801
17,46	+0/-0,11	0,499	33,34	+0/-0,16	2,984	49,21	+0/-0,16	19,010
19,05	+0/-0,13	0,559	34,92	+0/-0,16	3,044	50,80	+0/-0,19	20,258



TERMO DE REFERÊNCIA

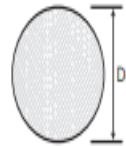
PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU

BARRA REDONDA TREFILADA GERDAU



Bitola	Tolerância	Peso Nominal	Bitola	Tolerância	Peso Nominal	Bitola	Tolerância	Peso Nominal
Dn (mm)	mm	kg/m	Dn (mm)	mm	kg/m	Dn (mm)	mm	kg/m
3,97	+0/-0,08	0,097	22,22	+0/-0,13	3,044	60,00	+0/-0,19	22,195
4,76	+0/-0,08	0,140	23,81	+0/-0,13	3,495	60,32	+0/-0,19	22,433
6,00	+0/-0,08	0,222	24,00	+0/-0,13	3,551	61,91	+0/-0,19	23,631
6,35	+0/-0,09	0,249	25,00	+0/-0,13	3,853	63,50	+0/-0,19	24,860
7,00	+0/-0,09	0,302	25,20	+0/-0,13	3,915	65,00	+0/-0,19	26,049
7,30	+0/-0,09	0,329	25,40	+0/-0,13	3,978	65,08	+0/-0,19	26,113
7,94	+0/-0,09	0,389	26,00	+0/-0,13	4,168	66,68	+0/-0,19	27,413
8,00	+0/-0,09	0,395	28,58	+0/-0,13	5,036	69,85	+0/-0,19	30,081
9,00	+0/-0,09	0,499	30,00	+0/-0,13	5,549	70,00	+0/-0,19	30,210
9,52	+0/-0,09	0,559	30,16	+0/-0,16	5,608	71,44	+0/-0,19	31,466
10,00	+0/-0,09	0,617	30,20	+0/-0,16	5,623	73,02	+0/-0,19	32,873
11,00	+0/-0,11	0,746	31,75	+0/-0,16	6,215	74,61	+0/-0,19	34,321
11,11	+0/-0,11	0,761	33,34	+0/-0,16	6,853	75,00	+0/-0,19	34,680
12,00	+0/-0,11	0,888	34,00	+0/-0,16	7,127	76,20	+0/-0,19	35,799
12,70	+0/-0,11	0,994	34,92	+0/-0,16	7,518	80,00	+0/-0,22	39,458
12,77	+0/-0,11	1,005	35,00	+0/-0,16	7,553	80,96	+0/-0,22	40,411
14,00	+0/-0,11	1,208	36,51	+0/-0,16	8,218	82,55	+0/-0,22	42,014
14,28	+0/-0,11	1,257	38,10	+0/-0,16	8,950	84,14	+0/-0,22	43,648
14,91	+0/-0,11	1,371	39,68	+0/-0,16	9,707	85,00	+0/-0,22	44,545
15,00	+0/-0,11	1,387	40,00	+0/-0,16	9,865	85,72	+0/-0,22	45,303
15,88	+0/-0,11	1,555	41,28	+0/-0,16	10,506	87,31	+0/-0,22	46,999
16,00	+0/-0,11	1,578	42,86	+0/-0,16	11,326	88,90	+0/-0,22	48,726
17,00	+0/-0,11	1,762	44,45	+0/-0,16	12,182	90,00	+0/-0,22	49,940
17,20	+0/-0,11	1,824	45,00	+0/-0,16	12,485	90,48	+0/-0,22	50,474
17,46	+0/-0,11	1,800	46,04	+0/-0,16	13,069	92,08	+0/-0,22	52,275
17,97	+0/-0,11	1,991	47,62	+0/-0,16	13,981	93,66	+0/-0,22	54,084
18,00	+0/-0,11	1,998	49,21	+0/-0,16	14,930	95,00	+0/-0,22	55,642
19,05	+0/-0,13	2,237	50,00	+0/-0,16	15,403	95,25	+0/-0,22	55,936
20,00	+0/-0,13	2,466	50,80	+0/-0,19	15,911	96,84	+0/-0,22	57,819
20,20	+0/-0,13	2,516	53,98	+0/-0,19	17,965	98,42	+0/-0,22	59,721
20,64	+0/-0,13	2,627	55,00	+0/-0,19	18,650	100,00	+0/-0,22	61,654
20,94	+0/-0,13	2,703	55,56	+0/-0,19	19,032	101,80	+0/-0,22	63,642
21,00	+0/-0,13	2,719	57,15	+0/-0,19	20,137			
22,00	+0/-0,13	2,984	58,74	+0/-0,19	21,273			



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2025

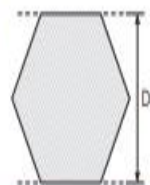
PROCESSO Nº001/2025

OBJETO: EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES – NOVA ERA – ROSEIRA/SP

TABELA DE BARRAS E PERFIS – GERDAU



BARRA SEXTAVADA TREFILADA GERDAU



Bitola	Tolerância	Peso Nominal	Bitola	Tolerância	Peso Nominal	Bitola	Tolerância	Peso Nominal
Dn (mm)	mm	kg/m	Dn (mm)	mm	kg/m	Dn (mm)	mm	kg/m
6,35	+0/-0,09	0,274	22,22	+0/-0,13	3,360	36,00	+0/-0,16	8,821
7,94	+0/-0,09	0,429	23,81	+0/-0,13	3,859	36,51	+0/-0,16	9,073
9,53	+0/-0,09	0,618	25,40	+0/-0,13	4,391	38,10	+0/-0,16	9,880
11,11	+0/-0,11	0,840	26,99	+0/-0,13	4,958	39,68	+0/-0,16	10,717
*12,70	+0/-0,11	1,098	28,58	+0/-0,13	5,560	41,28	+0/-0,16	11,598
*14,28	+0/-0,11	1,388	29,85	+0/-0,13	6,065	42,86	+0/-0,16	12,503
*15,88	+0/-0,11	1,716	30,00	+0/-0,16	6,126	44,45	+0/-0,16	13,448
*17,46	+0/-0,11	2,075	30,16	+0/-0,16	6,191	46,04	+0/-0,16	14,427
19,05	+0/-0,13	2,470	31,75	+0/-0,16	6,861	47,62	+0/-0,16	15,435
20,00	+0/-0,13	2,723	33,34	+0/-0,16	7,566	49,21	+0/-0,16	16,482
20,64	+0/-0,13	2,900	34,92	+0/-0,16	8,300	50,80	+0/-0,19	17,565

ROSEIRA, JANEIRO DE 2025.

FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Roseira – CNPJ Nº45.212.008/0001-50
Praça Sant'Ana, 201-Tel.(12) 3646-9900–CEP 12580-017

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Órgão ou Entidade: Prefeitura Municipal de Roseira

Processo nº: /2025

Responsável pelo ato autorizador: FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA

Beneficiário:

Pelo presente TERMO damos-nos por NOTIFICADOS para o acompanhamento dos atos da tramitação do correspondente contrato de trabalho no Tribunal de Contas, e se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido contrato de trabalho, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Roseira, ____ de _____ de 2025.

Responsável pelo ato de contratação

Beneficiário –